



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

**ANÁLISE DOS FACTORES SOCIOECONÓMICOS QUE INFLUENCIAM A PRÁTICA
DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL FEMININA: ESTUDO DE CASO NA BAIXA DA
CIDADE DE MAPUTO (2020-2022)**

Autora: Leta Vasco Banze

Supervisora: Msc. Maria Joana de Almeida

Maputo, Março, 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

**Análise dos Factores Socioeconómicos que Influenciam a Prática da Exploração Sexual
Infantil Feminina: Estudo de Caso na Baixa da Cidade de Maputo (2020-2022)**

Monografia Apresentada em Cumprimento Parcial dos requisitos Exigido para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Serviço Social na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Leta Vasco Banze

Supervisora: Msc. Maria Joana de Almeida

Maputo, Março, 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Autora:

Leta Vasco Banze

**Análise dos Factores Socioeconómicos que Influenciam a Prática da Exploração Sexual
Infantil Feminina: Estudo de Caso na Baixa da Cidade de Maputo (2020-2022)**

Monografia apresentada em cumprimento
parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em Serviço Social
na Universidade Eduardo Mondlane.

Mesa do Júri

Supervisora

Presidente

Oponente

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Leta Vasco Banze** declaro por minha honra que a presente monografia é de minha autoria e nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, para obtenção de qualquer grau académico em uma outra Universidade, ou para outros fins e que o mesmo é produto do meu esforço, coragem, sacrifício, compromisso, e uma investigação própria, estando mostrada toda bibliografia utilizada para sua elaboração.

Maputo, Março, 2024

(Leta Vasco Banze)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Vasco Banze
Á minha mãe, Odete Nhalungo

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Jesus Cristo pelo amor, inspiração, misericórdia, compaixão, apoio, bondade, mansidão, força e coragem em momentos de desânimo, fraqueza, angústia, constrangimentos e lutas. Agradeço aos meus pais, Vasco Banze e Odete Nhalungo pela força, dedicação, amor, coragem, empenho, carinho, apoio e esperança,

De forma especial, agradeço aos meus familiares (Cecília Nhauza, Nelson Tembe, Inocência Banze, Carlos Banze, Aurélio Banze, Eusébio Banze, Márcia Mavie, Cármen Mavie, Nelson Mavie, Cristina Mazivele, Naira Mavie e em memória do meu Tio Aurélio Mavie) pelas orações incessantes e força em momentos de angústia, opressão, desânimo, fadiga, pelo apoio financeiro em tempos de dificuldades económicas, carência material, pelo apoio psicológico em momentos de depressão, estresse, pela coragem em momentos de solidão, isolamento, pelo foco em momentos de desvio estudantil, perda de objectivos, falta de metas, visões, limites e pelo carinho e amor em momentos que fizeram parte da minha vida. O meu muito obrigado.

Pelos ensinamentos, instrução, educação, cortesia, e delicadezas, agradeço a todos docentes do curso da Licenciatura em Serviço Social e do Departamento de Sociologia. De forma especial à minha supervisora Msc. Maria Joana de Almeida pela ajuda, receptividade, disponibilidade e paciência que teve desde o momento da elaboração do projecto, até a fase da monografia o meu muito obrigada.

Aos meus amigos, (Justina Cosme, Euclides Zavala, Eduardo, Hélio) pelo apoio, paciência e aconselhamento para não desistir da formação académica.

Aos meus colegas do curso de Licenciatura em Serviço Social (Sónia Monjane, Rosa Boene, Edna Eulalia, Elsa Matola, Rita Pene, Elísio Dista, Alberto Mandire, Isac Paco, Victor Boene, Frazão Marrime, Dr. Francisco Mbiza) pelo apoio incondicional. De forma especial, agradeço ao meu grupo (Sheiza Maveja, Aurélia Jamardasse, Deolinda Gujamo, Nilza Zavala, Zeituna Ibhaimo) pelo suporte académico, companheirismo e troca de experiência durante a jornada académica.

EPÍGRAFE

"Nenhuma cidade ou nação esta imune a violência sexual feminina, mas quando o Estado, o povo e a sociedade elaborar directrizes para a sua erradicação, a violência não prosperará"

(Wiliim Brait, 1997)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AR.....Assembleia da República

FDC.....Fundo de Desenvolvimento para Comunidade

INAS.....Instituto Nacional de Acção Social

UEM.....Universidade Eduardo Mondlane

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Referente a Faixa Etária das Raparigas.....	34
Gráfico 2. Referente a Nível de Escolaridade.....	35
Gráfico 3. Referente a locais da residência.....	36
Gráfico 4. Referente a motivações para a prática da exploração sexual infantil.....	39
Modelo 1. Consequências e Efeitos da Prática da Exploração Sexual Infantil.....	42

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre análise dos factores socioeconómicos que influenciam a prática da exploração sexual infantil feminina: estudo de caso na baixa da cidade de Maputo no período de 2020 á 2022. Assim sendo, durante o processo de elaboração do trabalho de pesquisa constatou-se que a prática da exploração sexual infantil está relacionada a vários factores tais como a deficiência na renda familiar, falta de alimentação, moradia, desemprego, entre outros. No entanto, o trabalho tem como objectivo analisar os factores socioeconómicos que influenciam a prática da exploração sexual infantil feminina. Portanto, em relação ao enquadramento teórico recorremos a teoria marxista, pois aponta a miséria e pobreza como um dos grandes viabilizadores da inserção de crianças e adolescentes no espaço da exploração sexual infantil, uma vez que, tal contexto social, resulta da dificuldade da família na garantia das necessidades básicas dos seus membros. O trabalho é de natureza qualitativa e quantitativa porque possibilita analisar os dados das interações sociais e valores comportamentais e uso de ferramentas estatísticas, tabelas e gráficos na análise e interpretação de dados. Quanto ao objectivo, optamos pelo estudo exploratório. Quanto ao tipo, aplicamos a pesquisa-acção. No que concerne às técnicas de colecta de dados, recorremos a entrevista semiestruturada e observação participante. Contudo, o trabalho ilustra as consequências que essa actividade tem na vida das crianças, impossibilitando assim, com que as mesmas não tenham uma vida condigna e de qualidade em suas famílias e na sociedade.

Palavras-Chave: *Assistente Social, Exploração Sexual Infantil, Factores Socioeconómicos.*

ABSTRACT

This work addresses the analysis of the socioeconomic factors that influence the practice of female child sexual exploitation: a case study in downtown Maputo in the period from 2020 to 2022. Therefore, during the process of preparing the work it was found that the practice of child sexual exploitation is related to several factors, including deficiency in family income, lack of food, housing, and unemployment, among others. However, the work aims to analyze the socioeconomic factors that influence the practice of female child sexual exploitation. However, in relation to the theoretical framework we resort to Marxist theory as it points to misery and poverty as one of the great enablers of the inclusion of children and adolescents in the space of child sexual exploitation, since such a social context implies difficulties for the family, in guaranteeing the needs basic needs of its members. However, the work is qualitative and quantitative in nature because it makes it possible to analyze data in forms of social interactions and behavioral values and the use of statistical tools, tables and graphs in the analysis and interpretation of data. As for the objective, we opted for an exploratory study. As for the type, we applied action research. Regarding data collection techniques, we used semi-structured interviews and participant observation. However, the work illustrates the consequences and effects that this activity inhibits in the lives of children, thus making it impossible for them to have a decent and quality life in their families and in society.

Keywords: Social Worker, Child Sexual Exploitation, Socioeconomic Factors

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	1
Problema	4
Hipóteses	6
Justificativa	6
Geral:	7
Específicos:	7
Estrutura do Trabalho	7
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	8
1.1. Enquadramento Teórico	8
1.2. Enquadramento Conceptual	11
1.2.1. Exploração Sexual	11
1.2.2. Exploração Sexual Infantil	12
1.2.3. A Distribuição da Renda das Crianças Envolvidas na Exploração Sexual Infantil	14
1.2.4. O Acesso a Serviços Públicos para Crianças Envolvidas na Exploração Sexual Infantil 15	
1.2.5. Tipologia da Exploração Sexual Infantil na Cidade de Maputo	16
1.2.5.1. Exploração Sexual Infantil (Familiar)	16
1.2.5.2. Exploração Sexual Infantil (Institucional)	17
1.2.5.3. Exploração Sexual Infantil (Comercial)	17
1.2.6. Violência contra Menor	18
1.2.7. Consequências e Ilações da Prática da Exploração Sexual Infantil em Maputo	18
1.2.8. Quadro Legal da Protecção a Criança	19

1.2.9. Papel do Assistente Social mediante a Exploração Sexual Infantil Feminina	20
CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO	22
2.1. Reunião com as Famílias das Crianças Vítimas de Exploração Sexual	22
2.2. Apoio Assistencial a Crianças Vítimas de Exploração Sexual	23
2.3. Desenvolver Acções Sócio Educativas para as Crianças Vítimas de Exploração Sexual	24
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	26
3.1. Natureza da Pesquisa	26
3.2. Tipo de Pesquisa	27
3.3. Quanto aos Objectivos	28
3.4. População e Amostra	29
3.4.1. Processo de Amostragem	29
3.5. Instrumentos de Colecta de Dados	30
3.6. Fiabilidade e Viabilidade	32
3.7. Questões Éticas da Pesquisa	32
3.8. Constrangimentos da Pesquisa	33
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	34
4.2. Motivação para a Prática da Exploração Sexual Infantil	38
4.3. Consequências e Efeitos da Prática da Exploração Sexual Infantil	41
4.4. Mecanismos e Estratégias de Prevenção e Mitigação da Exploração Sexual Infantil na Baixa da cidade de Maputo	44
4.5. Implantação do Plano de Intervenção	46
4.6. Recomendações e Propostas de Melhorias	48
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
Guião de entrevista	59
Apêndices	63

INTRODUÇÃO

A prática da exploração sexual infantil feminina tem marcado algumas reflexões sobre a profissão do Serviço Social e actualmente vem se constituindo como um campo central de análise, sobretudo nos principais factores e causas que influenciam nessa acção quotidiana. Assim sendo, o presente trabalho é feito no âmbito de conclusão do curso para a obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane com o seguinte tema: Análise dos Factores Socioeconómicos que Influenciam a Prática da Exploração Sexual Infantil Feminina: Estudo de Caso na Baixa da Cidade de Maputo (2020-2022).

O presente trabalho de pesquisa teve como área de estudo a baixa da cidade de Maputo no período de 2020-2022. Assim sendo, concluiu-se ser pertinente a escolha do local da pesquisa, pois, verifica-se diariamente situações relacionadas a prática da exploração sexual infantil feminina. Porquanto, são várias raparigas provenientes de diferentes bairros ao nível da cidade de Maputo que são encontradas a exercer essa actividade com intuito de satisfazer as suas necessidades básicas. O trabalho recorreu a abordagem mista, onde foram aplicadas as técnicas da entrevista semiestruturada e a observação participante em um total de 20 raparigas de idades compreendidas entre 14 a 17 anos de idade.

Em forma de contextualização, de acordo com Silva (2007), a primeira marca da exploração sexual infantil foi datada nos anos 1100 a.C. na Grécia, Noruega e Roma, onde foram impostas as primeiras prescrições referentes aos códigos do vestuário para prostitutas, sendo que elas eram obrigadas a usar determinadas roupas, quase sempre sedas e 6 tecidos transparentes ou coletes especiais em pele, que identificasse a sua profissão. Portanto, havia uma lei que decretava a proibição do uso do véu para qualquer pretexto, sendo que está era uma marca exclusiva da sujeição da mulher casada ao seu marido. O não cumprimento destas leis era sinónimo de castigos e punições para estas mulheres.

Ainda assim, na Antiga Suméria, por volta de 2000 a.C., surgiram as primeiras leis que segregavam as prostitutas, onde ficava bem determinado “que a prostituta devia ser estritamente mantida à distância da mulher legítima” (Roberts, 1996, p. 55). Todavia, com o aumento do poder das instituições religiosas e políticas, dirigidas pelos homens, a forma patriarcal do

casamento, em que o marido era literalmente dono da mulher e dos filhos, fez aumentar também a distância entre as mulheres casadas e as não casadas (Dias, 1990).

Diante disso, a meretriz secular aparece em Atenas e rapidamente lançaram-se impostos sobre os lucros gerados pelas mesmas (Silva, 2007, p. 56). Estas eram pagas em função do preço estabelecido pelo Estado e o pagamento era entregue a um funcionário que dirigia o bordel. Já no final do século XVIII, após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, as crianças passam a trabalhar em fábricas ou como empregadas domésticas e devido ao baixo salário, recorriam à exploração sexual infantil como modo de subsistência. Foi nesse exacto momento em que a exploração sexual infantil ganhou influência devido a vida miserável que muitos proletários levavam naquele período (Silva, 2007).

Actualmente, a exploração sexual infantil feminina se dá por vários motivos, mas o principal factor se baseia na desestrutura socioeconómica, a miséria, as disparidades sociais – a educação, a renda, a saúde, etc. – a flagrante concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de pessoas, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência entre outros factores. No entanto, a nível mundial, muitas crianças têm exercido essa actividade na esperança de obter algum benefício (alimentação, renda, vestuário e moradia) na tentativa de garantir a protecção, o auxílio e o bem-estar dos seus familiares (Martins, 2013). No Brasil, é comum uma criança aos seus 14 anos de idade estar nessas atrocidades devido a várias causas como a mendicidade, a vulnerabilidade ou pelo simples prazer. Entrementes, várias organizações e governos estão esboçando programas que visam reintegrar crianças afectadas pela essa problemática (Martins, 2013).

Porém, em Moçambique, os factores socioeconómicos influenciam positivamente na exploração sexual infantil feminina, porque, o impacto do modelo económico dependente é associado ao capital internacional o que de alguma forma possibilita com que o Estado não presta atenção nessas problemáticas existentes na sociedade moçambicana (Dias, 2013). Nesta senda, Faleiros (2014) salienta que, as pesquisas realizadas sobre essa realidade e a compreensão do carácter económico do trabalho e da exploração no mercado do sexo apontam a pobreza e a exclusão socioeconómica como principais factores determinantes da exploração sexual infantil feminina.

Ainda assim, Faleiros (2014) acrescenta que a pobreza, isoladamente, não pode ser considerada a única causa da exploração sexual infantil. Mas ela é um dos factores para essa vulnerabilidade

infantil feminina. Acrescente-se, ainda, a dimensão cultural que envolve as questões de género, etnia e raça, ambas têm sido apontadas como um dos factores. A discriminação de género é uma causa arraigada da exploração sexual infantil – as relações de género favoráveis aos homens, em que o poder na família e na sociedade é basicamente mantido pelo homem, representações estereotipadas da mulher como objecto sexual cujo corpo é tido como mercadoria à disposição do homem.

Encontram-se ainda, os factores adicionais que conduzem directa ou indirectamente à prática da exploração sexual infantil feminina, como a corrupção, a ausência de leis e políticas públicas, a negligência por parte dos pais e encarregados de educação, as influências sociais (amizades, laços parentescos). Portanto, estes pormenores influenciam com que várias raparigas engrenam nas actividades ilícitas e prejudiciais em Moçambique (Martins, 2013).

Diante disso, Teixeira (2003) advoga que, o Estado junto com as organizações da sociedade civil trabalhem em coordenação elaborando estratégias, programas e políticas sociais direccionadas a crianças desfavorecidas em especial aquelas que estão envolvidas nas piores práticas de exploração sexual infantil na cidade de Maputo e Moçambique no geral.

Problema

Embora em Moçambique a exploração sexual infantil feminina seja uma actividade não legalizada, esta prática continua a crescer. No entanto, não havendo uma lei que proíbe esta actividade de exploração sexual infantil, as raparigas acham-se livres de praticar como bem entenderem, seja à luz do dia ou mesmo no período nocturno. Diante disso, a mesma prática, traz consigo severas consequências como, a diminuição da mobilidade, lesões físicas ou alterações comportamentais, distúrbios psicológicos, infecções de doenças, a baixa auto-estima entre outros problemas que impossibilitam a estabilidade física e emocional (Násio, 2014).

Por outro lado, Andrade (2014) destaca que, a perda de pai na família geralmente pode causar um problema ou influenciar nessas atrocidades. Normalmente, ao pai é atribuído o marco da lei, a pessoa que interdita a relação funcional dentro da família. No entanto, à ausência do pai dentro da família, o controlo e a segurança dos filhos tende a fragilizar possibilitando assim com que as crianças estejam expostas a diversos riscos sociais como o desamparo, o abandono, a negligência ou mesmo expostas a amizades influenciadoras (Násio, 2014).

Ainda assim, um outro problema está relacionado ao fracasso escolar da própria criança dentro do sistema educacional. Historicamente, a instituição escolar possui um lugar na sociedade: o de formar, disciplinar vidas através do acesso e da produção de conhecimentos (Ariès, 2014). No entanto, essas crianças se já viviam sem a referência de uma figura paterna - não sendo possível reconhecer como essa figura lhes foi transmitida pela mãe - a escola, então, seria outro lugar para construir-lhes parâmetros de interdições (Násio, 2014).

Porém, em nenhum momento essa instituição parece ter ocupado tal espaço em suas vidas, ao contrário, dele buscaram-se formas de excluí-las - o mundo, a rua, a diversão, pode apresentar-se mais sedutores e dispostos a lhes criarem um sentido de pertencimento. Assim sendo, se a escola não educa devidamente a criança em ter bons valores e hábitos na sociedade, facilmente ela pode relacionar-se a outros vícios e maus hábitos de um grupo pertencente (Násio, 2014).

A exploração sexual infantil feminina é a venda de serviços sexuais de um sujeito para outro, realizada por indivíduos civilmente capazes, com autonomia da administração do horário e das condições do serviço por parte do sujeito prestador do serviço, sem que haja violência física, simbólica ou psicológica praticada pelo cliente (Moura 2014). Nesse sentido, a exploração sexual

ocorre quando a rapariga é aliciada em troca de dinheiro, roupa, comida etc., obrigando a entrar na rotina. Assim, essa questão social apresenta um desafio sob ponto de vista estatal e da sociedade civil, pois, segundo a Lei estabelecida na Constituição da República de Moçambique (2023), toda criança tem o direito a protecção, a segurança, o afecto, a assistência e cuidados dos seus familiares.

Segundo Moura (2014, p. 51), nem todas raparigas envolvidas nessa prática partilham o mesmo espaço e mesma história. “Pode até ser que no futuro meninas exploradas se confirmem no mundo do mercado sexual, porém, enquanto ainda menores esse ingresso não é formado como opção ou escolha, mas como reflexo da exposição à pobreza e a violência praticada por homens dentro do grupo ao qual estão inseridas”.

Assim sendo, a exploração sexual infantil feminina na baixa da cidade de Maputo constitui um dos problemas que necessita da intervenção de Estado junto com as organizações da sociedade civil, pois, várias raparigas têm vendido o seu corpo em troca de benefícios próprios como a alimentação, o vestuário, a habitação, o transportes entre outras necessidades que garantem a sua subsistência (Dias, 2013). De acordo com o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (2020), mais de 50 crianças em toda cidade de Maputo estavam inseridas na prática da exploração sexual devido ao índice elevado da pobreza, o desemprego, a educação baixa, o analfabetismo e o abandono escolar.

Segundo dados da FDC (2020), para além dessas crianças serem usadas por adultos em busca de satisfação, contraem várias doenças de transmissão sexual como o HIV/SIDA, a gonorreia, a sífilis, entre outras. Também, a gravidez precoce, o uso de drogas como o álcool, o estupefaciente, a soruma e outros crimes que as colocam em situação do conflito com a lei. Como forma de erradicação, é preciso que o Estado, junto com as Organizações Não-Governamentais trabalhem em prol da segurança e materialização dos direitos sociais, a legalidade da justiça e a integração de crianças junto com à família em programas de protecção social.

Diante das várias abordagens apresentadas sobre a problemática da exploração sexual infantil feminina na baixa da cidade de Maputo, levantou-se a seguinte pergunta de partida: ***Que factores influenciam na prática da exploração sexual infantil feminina na baixa da cidade de Maputo?***

Hipóteses

Para dar resposta prévia à pergunta de partida, avançou-se com duas hipóteses, a saber:

H¹: Os factores que influenciam na prática da exploração sexual infantil feminina estão ligados ao desemprego, as desigualdades sociais, a falta de acesso a bens e serviços, a carência da alimentação, a moradia, a renda, a saúde, a educação, água potável, energia entre outras necessidades que as estabilizam o bem-estar na sociedade.

H²: Os factores que influenciam na prática da exploração sexual infantil feminina não estão ligados ao desemprego, as desigualdades sociais, a falta do acesso a bens e serviços, a carência da alimentação, a moradia, a renda, a saúde, a educação, água potável, a energia entre outras necessidades que as instabilizam o bem-estar na sociedade.

Justificativa

A motivação pessoal que levou a pesquisadora a realizar este estudo, deve-se ao facto de esta ter outrora estagiado na Associação Hlayiseka e nesse período identificou-se com o problema, anteriormente descrito, e que despertou o interesse de contribuir como Assistente Social para mitigar as taxas de exploração sexual infantil.

No tocante à relevância social, este estudo constitui um problema social proeminente e actual que deteriora o tecido social moçambicano em vários espaços geográficos nacionais. Por isso, é de interesse particular promover uma cultura social acolhedora com vista a amparar e retirar as crianças da rua. Aliam-se a estas razões motivações pessoais (ser individuo do sexo feminino), pela preocupação de verificar crianças desamparadas nas ruas da baixa da cidade a horas indeterminadas a procura de melhores condições de vida.

No que concerne a área académica, o trabalho irá dar um auxílio na área da investigação em Ciências Sociais, em particular para o curso de Serviço Social para melhor demonstrar as diversas multifaces, da questão social e factores que determinam a prática da exploração sexual infantil feminina na baixa da cidade de Maputo. Servirá de alicerce para vindouros estudantes em peculiar os do Serviço Social que aspiram pesquisar a problemática acima referenciada

Objectivos

Geral:

Compreender os factores socioeconómicos que influenciam a prática da exploração sexual infantil feminina na baixa da cidade de Maputo.

Específicos:

- Caracterizar a distribuição da renda e o acesso a serviços públicos por crianças envolvidas na exploração sexual infantil;
- Identificar as tipologias da exploração sexual infantil mais recorrente na baixa da cidade de Maputo;
- Apresentar as consequências e ilações da prática da exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo;
- Descrever os mecanismos e estratégias de prevenção e mitigação da exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo.

Estrutura do Trabalho

INTRODUÇÃO: apresenta a introdução, a contextualização, problematização, pergunta de partida, hipóteses, justificativa e objectivos do trabalho.

CAPÍTULO I: aborda sobre o enquadramento teórico e conceptual onde apresenta o quadro teórico que alicerça o tema e os conceitos operacionais.

CAPÍTULO II: descreve sobre o plano de intervenção e actividades realizadas.

CAPÍTULO III: caracteriza os procedimentos metodológicos da investigação, trata-se da natureza da pesquisa, tipo de pesquisa e os instrumentos de colecta de dados.

CAPÍTULO IV: apresenta a análise e interpretação dos dados para melhor compreender os resultados da pesquisa feita no campo de intervenção.

CONCLUSÃO: apresenta a finalidade do trabalho, os resultados alcançados, os objectivos concretizados, as hipóteses validadas, referências bibliográficas, apêndices e anexos.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O enquadramento teórico e conceptual é sempre essencial para a elaboração do trabalho de culminação do curso, pois, facilita na compreensão científica e empírica das questões sociais ligadas a prática da exploração sexual infantil feminina. Assim sendo, o mesmo está dividido em dois subcapítulos, o primeiro subcapítulo aborda a discussão do enquadramento teórico e o segundo apresenta o enquadramento conceptual que diz respeito ao desenvolvimento do tema para melhor entendimento e explanação dos conteúdos referentes à análise dos factores socioeconómicos que influenciam a prática da exploração sexual infantil feminina.

1.1. Enquadramento Teórico

A profissão do Serviço Social ao longo do tempo tem sido fundamentada por várias correntes teóricas a nível da actuação do Assistente Social. Vejamos, desde os dias que a profissão se rompeu com as práticas conservadoras, buscou teorias próprias e sistemáticas a fim de compreender, analisar, identificar, diagnosticar e intervir na realidade quotidiana que materializa o saber profissional. Porém, tendo em conta que o presente trabalho aborda sobre análise dos factores socioeconómicos que influenciam na prática da exploração sexual feminina, escolheu-se a teoria Marxista defendida por Karl Marx (1818-1883) para melhor compreender e analisar as principais causas e fundamentos que estão ligados a essa prática.

De acordo com Marx (1818-1883) citado por Silva (2012), para entender a exploração sexual infantil como uma questão social concreta é essencial apresentar as suas particularidades como uma questão aparente, obscura, desordenado, e, principalmente, como uma questão determinada por um processo histórico, em que a produção e reprodução da exploração sexual infantil inserem-se em um circuito de relações desiguais de género, faixa etária, desigualdades sociais e também no âmbito social e económico. Segundo o autor, é preciso tomar como ponto de partida, para o alcance da essência a dinâmica a que a questão utiliza para suas manifestações e ocultações. Essa dinâmica inscreve-se no movimento da realidade complexa e contraditória, portanto, não admite absolutizações nem generalizações no processo de descoberta, é sempre necessário ter uma visão geral e holística de modo a se compreender factores que influenciam nessa prática.

Para Marx (1818-1883) citado por Silva (2012), a relação entre os factores que actuam como determinantes na prática da exploração sexual infantil, permite clarificar a complexa realidade que gira em torno da questão, tal conexão estabelece-se quando se supera a imediatividade, a aparência e a fragmentação das questões durante as análises. Assim sendo, para Silva (2012), a teoria marxista descreve os factores socioeconómicos (a renda, água potável, energia, moradia, a superestrutura e infra-estruturas, as relações do género, o transporte, a educação, a saúde, a alimentação etc.) como os principais factores que influenciam directa ou indirectamente na prática da exploração sexual infantil. Segundo o autor, uma criança quando tem uma qualidade de vida satisfatória, dificilmente é influenciada por essa prática.

Segundo Silva (2012), ao analisar a prática da exploração sexual infantil, é preciso primeiro olhar na situação familiar da própria menor, o lugar onde a menor está inserida, o meio de convivência, e segundo analisar a situação socioeconómica da família. Segundo Silva (2012), a teoria marxista descreve essas relações sociais que a menor leva dentro da família e na sociedade como uma das causas da prática da exploração sexual feminina. Os hábitos da família, a cultura, os valores morais, as representações sociais também são indicadores que estão interligados com esse exercício. Nesta senda, se por acaso uma criança esta habituada a ver os seus progenitores a ganhar dinheiro pela venda do corpo, facilmente ela pode ser influenciada por este hábito dentro da família (Silva, 2012, p. 44).

Na óptica de Silva (2012), o facto de que milhões de mulheres no mundo tenham que vender seu corpo para poder sobreviver e sustentar suas famílias, caso as tenham, ou que exista um número crescente de meninas que nem sequer entendem por que têm que fazer “isso”, é uma chaga desta sociedade capitalista. Este sistema capitalista nem sequer lhes oferece a oportunidade de vender sua força de trabalho para serem exploradas por um empresário, produzindo mercadorias que lhes são alienadas porque, apesar de serem produtos de seu trabalho, não lhes pertencem. As crianças submetidas a esta escravidão não entendem por que, ao invés de brincar e aproveitar sua inocência, têm que ser exploradas e usadas por um adulto (Silva, 2012).

No entanto, sob o ponto de vista do marxismo, a origem da família, da propriedade privada e do Estado, mostra como a exploração sexual, que não existia nos primeiros estágios do desenvolvimento da humanidade, nasce como uma questão social determinada pelas condições de “produção e reprodução da vida imediata” (Silva, 2012).

De acordo com Marx (1818-1883) citado por Silva (2012), o problema é que as raparigas que são obrigadas a vender-se não vendem só a sua força de trabalho, vendem o seu corpo, sua dignidade, decência, consonância e a sua uniformidade apenas por um bocado de pão de modo a ganhar uma subsistência. Segundo autor, o sistema capitalista trouxe consigo a miséria, a vulnerabilidade, a pobreza, as desigualdades, a propriedade privada, pois, muitos que não conseguem se adaptar por este sistema predador acabam procurando outras formas para garantir o seu sustento "imoralidade" na vida quotidiana. Como frisa Marx:

“Chegará um tempo em que tudo o que os homens vinham considerando como inalienável tornara-se objecto de troca, de negociação e poderá ser alienado. É o tempo em que inclusive as coisas que até então eram transmitidas, mas que nunca eram negociadas; eram doadas, mas nunca vendidas; eram adquiridas, mas nunca compradas: virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc., tudo, em suma, passou para a esfera do comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal, ou, para nos expressarmos em termos de economia política, o tempo em que cada coisa, moral ou física, transformada em valor de troca, é levada ao mercado para ser apreciada em seu mais justo valor.” (Karl Marx 1818-1883).

A teoria Marxista aponta também na miséria e pobreza como um dos grandes viabilizadores da inserção de crianças e adolescentes no espaço da exploração sexual infantil, uma vez que tal contexto social implica dificuldades da família, na garantia das necessidades básicas dos seus membros, o que acaba transferindo às crianças e adolescentes, de forma precoce, as exigências de trabalho e subsistência (Faleiros, 2014).

No entanto, se relacionou a teoria com o presente trabalho pois a mesma caracteriza os factores socioeconómicos (a falta da renda, água potável, energia, moradia, super-estrutura e infra-estruturas, as relações do género, o transporte, a educação, a saúde, a alimentação) como os principais factores da exploração sexual infantil feminina. Não só, a teoria marxista aponta a pobreza, a mendicidade e a vulnerabilidade como também um dos elementos essenciais na propagação dessa prática. Assim, enquanto existir o sistema capitalista, as desigualdades sociais, a acumulação da riqueza, ricos ficando mais ricos e pobres mais pobres, dificilmente essa atrocidade poderá ser combatida. Uma das formas de minimizar é a distribuição equitativa do capital e o acesso de bens e serviços para todos os cidadãos, só assim será possível.

1.2. Enquadramento Conceptual

O presente subcapítulo debruça em torno de conceitos que permite a aproximação da realidade científica, através do estabelecimento de dimensões e indicadores. Pelo que, para o efeito do presente trabalho foram encaminhados os seguintes conceitos-chave: Exploração Sexual, Exploração Sexual Infantil, A Distribuição da Renda das Crianças Envolvidas na Exploração Sexual Infantil, O Acesso a Serviços Públicos para Crianças Envolvidas na Exploração Sexual Infantil, Tipologia da Exploração Sexual Infantil na cidade de Maputo, Quadro Legal da Protecção a Criança, Assistente Social e Serviço Social.

1.2.1. Exploração Sexual

Segundo Sousa (2012), a exploração sexual é quando uma pessoa é forçada a se envolver em actividades sexuais em troca de dinheiro, presentes, abrigo ou outros benefícios. É uma actividade que envolve duas ou mais pessoas, em que uma das partes desempenha a troco de uma retribuição com valor económico, um comportamento com significado sexual ou erótico para a outra parte. A exploração sexual envolve a coerção, abuso e exploração de uma pessoa para fins sexuais, geralmente com fins lucrativos.

Para Sousa (2012), a exploração sexual pode se manifestar de diversas formas, como a exploração forçada, o tráfico de pessoas para fins sexuais, a pornografia infantil, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, entre outras. É importante estar atento a sinais de vulnerabilidade e abuso, como mudanças bruscas de comportamento, o isolamento social, o uso de drogas ou álcool, as marcas de violência física ou emocional, entre outros. As consequências da exploração sexual podem ser profundas e duradouras. Elas incluem danos físicos, emocionais e psicológicos para as vítimas, como a trauma, a depressão, a ansiedade, a baixa auto-estima, distúrbios alimentares, o vício em drogas ou álcool, os problemas de saúde mental e até mesmo o suicídio. Além disso, pode haver impactos sociais, como a estigmatização, a marginalização e a dificuldade de reintegração na sociedade.

De acordo com Barros (2015), a exploração sexual em Moçambique é uma realidade complexa e multifacetada, que envolve diversos factores, como a pobreza, a desigualdade de género, a violência doméstica, os conflitos armados, a migração e o tráfico de pessoas. As formas mais comuns de exploração sexual no país incluem a prostituição forçada, o tráfico de pessoas para

fins sexuais e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. O governo moçambicano tem tomado medidas para combater essa prática, mas ainda há muito a ser feito para proteger os direitos das vítimas e prevenir a exploração sexual.

A exploração sexual em Moçambique afecta qualquer pessoa, independentemente de idade, género ou origem. No entanto, existem alguns grupos que são particularmente vulneráveis a essa prática, como mulheres e meninas, especialmente aquelas em situação de pobreza ou deslocamento forçado, crianças e adolescentes, que podem ser vítimas de tráfico de pessoas para fins sexuais ou exploração sexual comercial; e migrantes ou refugiados, que podem ser explorados por redes criminosas em busca de lucro é sempre importante proteger e garantir os direitos desses grupos para prevenir a exploração sexual (Barros, 2015).

O governo moçambicano tem tomado medidas para combater a exploração sexual em Moçambique, incluindo a criação de leis e políticas para proteger os direitos das vítimas e prevenir a prática. Alguns exemplos incluem a Lei de Protecção à Criança, a Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género. Além disso, o Governo tem trabalhado com organizações da sociedade civil e parceiros internacionais para fornecer apoio às vítimas e conscientizar a população sobre os riscos da exploração sexual. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados na implementação dessas políticas e na garantia da protecção dos direitos das vítimas (Barros, 2015).

1.2.2. Exploração Sexual Infantil

De acordo com Lazaro (2012), a exploração sexual infantil é um crime que ocorre quando crianças e adolescentes são utilizadas para fins sexuais em troca de dinheiro, favores ou qualquer outra forma de vantagem. É uma violação grave dos direitos humanos e pode ter consequências físicas e psicológicas graves para as vítimas. Em Moçambique, a lei que protege as crianças contra a exploração sexual infantil é a Lei nº 14/2008, de 29 de julho, conhecida como Lei da Protecção da Criança. Essa lei estabelece medidas para prevenir e combater a exploração sexual infantil, incluindo a criminalização de actividades como a prostituição infantil, a pornografia infantil, o tráfico de crianças para fins sexuais e o abuso sexual de crianças. Além disso, a Lei também prevê medidas para proteger as vítimas e garantir que elas tenham acesso a serviços de apoio e protecção adequados.

As crianças que praticam a exploração sexual infantil podem vir de diferentes tipos de agregados familiares. Em alguns casos, essas crianças podem ser órfãs ou terem famílias desestruturadas, onde enfrentam negligência, o abuso ou falta de apoio adequado. No entanto, também é importante destacar que nem todas as crianças que praticam a exploração sexual vêm de famílias com essas condições. Cada caso é único e as circunstâncias familiares podem variar amplamente. O foco deve ser na protecção e no apoio às crianças em situação de exploração sexual, independentemente de seu contexto familiar (Lazaro, 2012).

De acordo com Minayo (2012), as crianças que praticam a exploração sexual infantil em Moçambique geralmente enfrentam uma vida difícil e traumática. Elas podem ser coagidas ou forçadas a vender-se ou a participar de outras actividades sexuais em troca de dinheiro ou outros favores, o que pode resultar em danos físicos, emocionais e psicológicos. Essas crianças podem enfrentar estigma social e rejeição, além de correrem risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Muitas vezes, essas crianças têm acesso limitado à educação e outros serviços básicos, o que pode perpetuar o ciclo da pobreza e da exploração.

Diversos factores influenciam a exploração sexual infantil em Moçambique, incluindo a pobreza, a falta de educação e conscientização sobre os direitos das crianças, a desigualdade de género, a falta de protecção adequada às crianças vulneráveis, a impunidade dos agressores, a falta de acesso a serviços de saúde e apoio psicossocial, além de factores culturais e normas sociais que toleram ou mesmo perpetuam a exploração sexual. As consequências da exploração sexual infantil em Moçambique podem ser devastadoras para as vítimas. Elas incluem danos físicos, trauma psicológico, problemas de saúde mental, as dificuldades educacionais, o isolamento social, o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez precoce, a estigmatização e dificuldades no desenvolvimento emocional e social (Barros, 2015, p. 55).

Existem diversas formas de prevenção da exploração sexual infantil em Moçambique. Algumas delas incluem: a educação e conscientização sobre os direitos das crianças e os riscos da exploração sexual infantil; o fortalecimento das leis e políticas de protecção à infância; acção de protecção social para crianças vulneráveis, como programas de assistência social e benefícios financeiros; o fortalecimento dos sistemas de protecção infantil, incluindo serviços de denúncia e atendimento às vítimas; as campanhas de conscientização pública sobre a gravidade da exploração sexual infantil (Barros, 2015).

1.2.3. A Distribuição da Renda das Crianças Envolvidas na Exploração Sexual Infantil

De acordo com Fernandes (2014), a distribuição da renda caracteriza-se como o valor financeiro é devido entre os indivíduos de uma sociedade, levando em consideração os factores como o salário, o imposto, os benefícios sociais e uma economia igual ou desigual para atender às necessidades básicas para o consumo de bens e serviços. No entanto, a distribuição da renda das crianças que praticam a exploração sexual infantil é totalmente desigual e injusta, pois, elas são exploradas e sujeitas a abusos, agressões, intimidações, insultos entre outras atrocidades que as põem em risco. É uma violação dos direitos humanos e um grave problema social que precisa ser combatido a nível das sociedades, pese embora que algumas entidades governamentais não prestam atenção nessa questão social.

Ainda assim, para Fernandes (2014), em países como México, Brasil e Colômbia, a renda das crianças que praticam a exploração sexual é geralmente controlada por intermediários, como traficantes ou exploradores que retiram a maior parte dos ganhos. Assim, essas crianças recebem apenas uma pequena percentagem do dinheiro que ganham, o que contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade social em suas vidas. É uma situação extremamente injusta e prejudicial para qualquer criança que esteja envolvida directa ou indirectamente nessa prática.

Em Moçambique, embora não existem dados consistentes sobre essa prática, é importante ressaltar que essa é uma questão sensível e complexa. A exploração sexual pode ocorrer por meio de subsistência, forçada ou por coerção, pela influência das amigas ou pela busca de interesses pessoais. As vítimas são raparigas vulneráveis que se encontram em situação de dependência económica e financeira. Na cidade de Maputo, essa questão tem preocupado muitas autoridades e membros da organização da sociedade civil a combater essas atrocidades garantindo assim com que as raparigas possam viver livremente desse perigo (Fernandes, 2014).

Diante disso, as características da renda das mesmas incluem: a predominância da renda proveniente de exploração sexual, a desigualdade na distribuição de renda com uma parcela significativa das mesmas vivendo na pobreza, a dependência de remessas de familiares e dos agressores, as variações sazonais na renda devido à sazonalidade das actividades clandestinas e ilegais como a exploração sexual, a baixa renda média em comparação com outras pessoas, as incitações no acesso a empregos formais e vencimentos inadequados (Fernandes, 2014).

De acordo com Fernandes (2014), as crianças que praticam a exploração sexual encontram-se em condições de pobreza absoluta na cidade de Maputo e enfrentam muitos desafios em suas vidas diárias. Algumas das principais características de sua vida incluem: a falta de acesso a serviços básicos, como água potável, o saneamento e serviços de saúde; as dificuldades no acesso à educação, com altas taxas de abandono escolar devido à pobreza e à necessidade de trabalhar na exploração sexual para ajudar suas famílias; a exposição a doenças e condições precárias devido à falta de higiene e saneamento adequados; a falta de segurança alimentar, com muitas crianças enfrentando a fome e a desnutrição; a vulnerabilidade a abusos e exploração, incluindo o tráfico humano.

É importante ressaltar que essas são apenas algumas das características da vida das crianças pobres em Moçambique e que muitas outras questões afectam sua qualidade de vida. É fundamental trabalhar para garantir que todas as crianças tenham acesso a seus direitos básicos, incluindo a educação, a saúde e a protecção contra abusos e exploração.

1.2.4. O Acesso a Serviços Públicos para Crianças Envolvidas na Exploração Sexual Infantil

De acordo com Martinelli (2012), os serviços públicos reflectem a oportunidade de fazer parte a infra-estruturas existentes de um país, assim sendo, corresponde a uma gama, de componentes sociais, políticos, económicos, culturais e ideológicos. Os serviços públicos podem ser as infra-estruturas como a educação (escolas e instituições de ensino superior), a saúde (hospitais e centros de saúde), a habitação (residências construídas pelo estado para o bem-estar da sociedade), o lazer (parques e locais de diversão), o saneamento entre outros serviços que garantem a segurança de todos os indivíduos.

Todavia, na sociedade moçambicana, as crianças que praticam a exploração sexual infantil dificilmente acedem esses serviços devidos ao nível elevado da carência. A maior fica sem oportunidade de frequentar a escola e acederem os serviços hospitalares por conta da sua condição socioeconómica e o grau eminente da injustiça e a desigualdade social. Por outro lado, os serviços públicos como as unidades sanitárias e as entidades responsáveis pelo esse problema tem apresentado a sua indisponibilidade no que tange a protecção e assistência a todas raparigas vítimas dessa prática (Martinelli, 2012).

Em todos bairros da cidade de Maputo há uma tendência de ter um posto policial responsável pela segurança e manutenção da ordem e tranquilidade pública. Porém, quando se trata de sensibilizar as crianças de modo a não engrenarem nessas atrocidades, tende negligenciar e não cumprir com o seu dever público. O Ministério do Trabalho Emprego e Segurança Social órgão do Estado responsável pela qualquer actividade laboral a nível nacional tem fracassado em materializar as políticas de protecção a crianças envolvidas em quaisquer tipos de exploração laboral incluindo a exploração sexual infantil (Martinelli, 2012).

Em linhas gerais, os serviços públicos em Moçambique apresentam maior dificuldade de integrar, proteger e assegurar o conforto, a comodidade e o bem-estar a todas raparigas que se encontram em situação de pobreza absoluta envolvidas nas piores práticas da exploração sexual infantil. Assim, cabe as organizações da sociedade civil em coordenação com o Estado elaborar planos e projectos que visam mitigar e prevenir qualquer tipo de atrocidades e crueldade oriundas da exploração sexual infantil (Martinelli, 2012). Não distante disso, a mesma função vai para o Assistente Social munido das suas competências e habilidades de intervir nessa problemática como fruto das desigualdades e da questão social.

1.2.5. Tipologia da Exploração Sexual Infantil na Cidade de Maputo

Os relatos da exploração sexual infantil na cidade de Maputo especialmente em lugares como a Baixa, Polana Caniço, Mafalala são classificados em três grupos: familiar; institucional e comercial. Dentre os relatos, a maior demanda está relacionado à exploração comercial e familiar que é classificada de acordo com Dias (2012), que define as formas de exploração sexual infantil da conceituação e da classificação internacional, sendo assim definidas:

1.2.5.1. Exploração Sexual Infantil (Familiar)

É usado para definir uma forma de maus-tratos de crianças e adolescentes, que apresentam tanto a violência física como psicológica, geralmente repetitivo e intencional. Por isso, praticado mais frequentemente por familiares ou responsáveis. Por sua vez, Watson (1994), define como qualquer actividade ou interacção onde a intenção é estimular e/ou controlar a sexualidade da criança. De acordo com alguns autores como Latos (2014) e Bento (2015), na cidade de Maputo, a exploração sexual infantil dentro do contexto familiar são caracterizadas por atrocidades que

envolve as diferenças de idade e elementos de subsistência, levando-se em conta o tipo de comportamento envolvido, pois, acreditam que deve haver uma diferença de idade de cinco anos ou mais quando a vítima é menor de 12 anos e uma diferença de dez anos ou mais quando a criança tiver entre 13 e 16 anos.

O incesto costuma ser uma experiência devastadora dessa exploração sexual dentro do contexto particular porque se insere na constelação das emoções e dos conflitos familiares. O impacto emocional geralmente ocorre devido a influência cultural em relação ao assunto. Mas outro factor de extrema relevância nesse caso é o papel de adulto que a criança ou o adolescente passa a desempenhar nessa situação, sendo que esse era o papel que seus responsáveis deveriam desenvolver, e muitas vezes são esses adultos que estão abusando dessa criança ou adolescente (Dias. 2012).

1.2.5.2. Exploração Sexual Infantil (Institucional)

Geralmente acontece nas instâncias públicas e privadas onde um funcionário é considerado como um agente causador dessa atrocidade. Na cidade de Maputo, vários relatos apontam que essa prática acontece nos locais de ensino e nos centros infantis onde um professor ou educador seduz voluntariamente uma menor de 6 ou 14 anos de idade a praticar sexo na tentativa de atribuir notas altas ou aprovação de classe (Latos, 2014).

1.2.5.3. Exploração Sexual Infantil (Comercial)

Apresentada como a mais comum de todas, pois, envolve a troca de bens materiais na tentativa de satisfação das necessidades quotidianas (Dias, 2012). Assim sendo, a exploração sexual infantil constitui um dos entraves para o equilíbrio do bem-estar das crianças e famílias na cidade de Maputo pois as desigualdades sociais, a pobreza, o desemprego, a mendicidade são factores e causas que influenciam nessas atrocidades. No entanto, é esse sentido que o presente trabalho está focalizado nessa categoria apresentado por Dias (2012), em uma exploração sexual infantil como tentativa de auto sobrevivência.

1.2.6. Violência contra Menor

De acordo com Dias (2013), a violência contra menor é o uso intencional da força física ou do poder, real ou sob forma de ameaça contra a vida da menor, contra um grupo ou comunidade de crianças, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Ao passo que, para Faleiros (2014), a violência é entendida como um processo social relacional complexo e diverso. É um processo relacional que deve ser entendido na estrutura da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares. Ou seja, a sociedade se estrutura nas relações de acumulação económica e de poder, nas contradições entre grupos e classes dominantes e dominadas, bem como por poderes de sexo, género, etnias, simbólicos, culturais, institucionais, profissionais e afectivos.

Ainda para o autor supracitado, a violência contra menor é uma relação social conflituosa, implica a disputa por posições, domínios, as vantagens, lugares em uma estrutura complexa que garante poderes reais ou simbólicos a crianças. Trata-se de uso de meios pelos quais as pessoas roubam e negligencia o direito da criança nomeadamente: direito a vida, ao nome, à família, a alimentação, a habitação e a moradia, a educação, a saúde, o cuidado familiar, entre outros direitos que legitima o seu bem-estar. A definição da violência para Minayo (2010), é no sentido de um conceito referente aos processos e às relações interpessoais de grupos, de classes e de género ou objectivadas em instituições, quando empregam diferentes formas, métodos e meios de aniquilamento das crianças ou de sua coacção directa ou indirecta, causando-lhes danos físicos, mentais e morais em suas vidas.

1.2.7. Consequências e Ilações da Prática da Exploração Sexual Infantil em Maputo

De acordo com Fernandes (2014, p. 45), a exploração sexual infantil traz consequências nocivas a sua formação, afectando o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos. Essa categoria de trabalho provoca danos de carácter físico, psíquico, moral, social e intelectuais das crianças. No aspecto físico, ocorrerá em maior escala naquelas que vendem excessivamente o seu corpo, como por exemplo no trabalho a passagem das longas horas nocturnas em lugares perigosos, elas podem vir a sofrer inúmeras lesões nos órgãos genitais, doenças como o HIV/SIDA e até mesmo deformidades físicas.

No ponto de vista educacional, o que é notório o maior número de crianças que abandonam as escolas estão associadas directa ou indirectamente a exploração sexual infantil. Essa prática intervém de forma negativa na formação escolar das mesmas, ainda mais para àqueles com dificuldades financeiras, de modo que as crianças originárias de famílias pobres têm tendência a trabalhar mais, e, por corolário lógico, estudar menos, o que compromete directamente sua formação e respectiva dignidade. Ou seja, a exploração sexual infantil priva a oportunidade de as crianças frequentarem a escola; obrigando-as a abandonar prematuramente a escola; ou obrigando-as a tentar conjugar os estudos com uma carga de trabalho excessiva (Fernandes, 2014).

1.2.8. Quadro Legal da Protecção a Criança

Ao nível da protecção da infância, é imprescindível destacar a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adoptada em 1989 para reconhecer que os cidadãos menores de 18 anos devem gozar de protecção e cuidados particulares. A CDC estabeleceu o padrão internacional mais aceite de direitos da criança, e é o instrumento juridicamente vinculativo, com outros tratados internacionais do âmbito do direito humanitário, incorporando toda a gama de DH citada acima. Ainda que seja fundada sobre os direitos inerentes a todos os indivíduos, baseia-se igualmente nas questões reactivas às necessidades e vulnerabilidades específicas das crianças (ONU, 2022).

A Convenção procura consolidar a noção do estatuto de criança como seres humanos detentores de direitos e responsabilidades próprias (de acordo com a sua idade e estágio de desenvolvimento) e exercer, de certa maneira, uma pressão no sentido de uma melhor satisfação das necessidades conhecidas da criança. As partes signatárias da Convenção estão, no fundo, a assumir o papel de implementadores dos direitos da criança no sentido de assegurar que todas as crianças, e não apenas algumas, se beneficiem de uma qualidade de vida básica e digna (AR, 2019).

Os direitos da criança assentam em quatro princípios gerais, que se assumem como os requisitos subjacentes a todos os direitos: o princípio da não-discriminação (art.2); o da aderência ao melhor interesse da criança (art.3); o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (art.6); e o direito de participação (art.12).

No escopo dos chamados “direitos de provisão” sublinha-se a importância de garantir que todas as crianças tenham acesso a recursos e serviços básicos, bem como igualdade de oportunidades no sentido de assegurar a sua sobrevivência e pleno desenvolvimento. Destacam-se os direitos à alimentação adequada, abrigo, água potável, educação formal, cuidados primários de saúde, lazer e recreação, actividades culturais e de informações sobre os seus direitos. É importante destacar também os direitos de protecção, que dizem respeito aos direitos da criança de serem protegidas contra toda e qualquer forma de abuso, negligência, exploração e crueldade que ameace a sua dignidade, a sua sobrevivência e desenvolvimento (ONU, 2022).

A Convenção inclui igualmente disposições específicas à protecção da criança em contextos de guerra e em situações de contacto e conflito com o sistema de justiça criminal. Por fim, os direitos de participação dizem respeito aos direitos de a criança participar e ser consultada nos processos de tomada de decisões que irão afectá-la. Incluem o direito da criança de expressar opiniões e a que estas sejam ouvidas, de ter acesso a informação e da liberdade de pensamento, consciência e religião. Para além disso, a Convenção inclui artigos específicos dedicados à resposta às necessidades de crianças refugiadas, crianças com deficiência e crianças de grupos minoritários ou indígenas (ONU, 2022).

Não obstante, o Quadro Universal dos Direitos Humanos em Moçambique no que concerne a sua concretização dos direitos da criança está ainda longe de ser plenamente atingida, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em desenvolvimento. Globalmente, as crianças continuam a viver em situação de vulnerabilidade: “Muitas crianças permanecem excluídas do progresso que teve lugar nos passados 25 anos. O custo dessas desigualdades é pago, de forma mais imediata - e mais trágica - pelas próprias crianças. Mas o impacto a longo prazo afecta as gerações vindouras, minando a força de suas sociedades e comunidades (Matias, 2012).

1.2.9. Papel do Assistente Social mediante a Exploração Sexual Infantil Feminina

Para entender melhor o conceito de Assistente Social é preciso destacar, o projecto ético-profissional do Serviço Social o qual direcciona o seu entendimento em termos de princípios e valores ético-político, visando à defesa permanente dos direitos sociais e humanos, da democracia e das oportunidades de participação dos sujeitos com quais se trabalha (Netto, 1995, p. 6).

O Assistente Social é um profissional formado em Serviço Social e que tem como objecto de trabalho a “Questão Social” com suas diversas expressões (Piana, 2009). Este actua na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que visam à preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e da justiça social das raparigas vitimas de exploração sexual infantil. Segundo Lobato (2012), o Assistente Social é um profissional que actua em diversas áreas de saber, na saúde, na educação, no contexto jurídico, político entre outras. O Assistente Social possui a potencialidade de trabalhar com a criança em três níveis: na educação, justiça, direitos sociais e liberdade.

Por um lado, Raichelis (2009, p. 17) considera o Assistente Social como um profissional que, actua sobre certos factores relacionados com interacções dos indivíduos com o meio envolvente. Ele é responsável por realizar o planeamento e execução de políticas públicas e programas sociais que promovem o bem-estar colectivo e a integração do indivíduo na sociedade. Qualquer que seja o problema levado ao Assistente Social (seja de caso ou de grupo), o auxílio dado pode ser de três diferentes tipos: compreensão passiva, guiar e aconselhar na solução do problema e providenciar ou tornar mais acessíveis os meios práticos de ajuda, recursos materiais tangíveis ou serviços que elas não têm ou não podem alcançar (Núncio, 2015).

No presente trabalho é considerado Assistente Social o profissional que actua em defesa permanente dos direitos sociais e humanos, da democracia e da inclusão de crianças envolvidas nas piores práticas de exploração sexual infantil em políticas sociais na cidade de Maputo.

CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

É imperioso em qualquer trabalho do curso de licenciatura em Serviço Social demonstrar o plano de intervenção social para melhor perceber e analisar as questões sociais que constituem objecto de estudo do Serviço Social e este trabalho não foge a regra. Nessa senda, o presente capítulo debruça em torno do plano de intervenção, onde apresenta as principais acções ou estratégias de intervenção social que visam reverter a situação do problema identificado. Assim sendo, neste capítulo, dá-se a conhecer as acções (estratégias de intervenção social), a finalidade, os intervenientes, a periodicidade, e o local onde estas acções terão lugar. Importa referir que esta etapa faz menção das actividades realizadas no campo de intervenção.

2.1. Reunião com as Famílias das Crianças Vítimas de Exploração Sexual

As etapas de trabalho social, geralmente, incluem a identificação das necessidades da comunidade, o planeamento de intervenções, a implementação de programas e avaliação de resultados. Em cada etapa é crucial garantir que as acções sociais sejam eficazes e atendam as demandas específicas das populações usuárias.

Portanto, numa primeira fase a actividade consistiu em reunir com as famílias das crianças vítimas de exploração sexual, a mesma tinha como objectivo: conhecer as condições de habitabilidade das crianças, saber as causas e factores que influenciaram nessa prática, identificar as dificuldades e desafios que eram enfrentados por elas, difundir informações relativas aos riscos e consequências que as práticas da exploração sexual infantil podem trazer em suas vidas. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais. A presente actividade tem um horizonte temporal de 2 semanas.

Durante a materialização da actividade, foi possível usar as técnicas de colectas de dados como a entrevista semiestruturada e observação participante. Entretanto, de acordo com Lakatos (2008), a entrevista semiestruturada baseia-se a partir de algumas perguntas fixas e aplicar ao entrevistador, permitindo a intervenção ao longo da realização das entrevistas, permite com que o pesquisador escute e participe directamente com o entrevistado.

2.2. Apoio Assistencial a Crianças Vítimas de Exploração Sexual

A segunda actividade consistia em apoio assistencial a crianças envolvidas na exploração sexual, a mesma tinha como objectivo: reconstrução da identidade psicológica e social das crianças; prestar assistência emocional, comportamental efectiva a todas crianças envolvidas na exploração sexual; (apoio psicossocial) prestar o encaminhamento e acompanhamento a entidades responsáveis para posteriormente serem reintegradas em diferentes sistemas de segurança social. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais. A presente actividade tem um horizonte temporal de 2 semanas.

Durante a materialização da segunda actividade foram utilizadas as técnicas de estudo social e diário de campo. De acordo com Miato (2001), o estudo social consagra-se nas seguintes qualidades e competências:

- Competência técnica: habilidade do profissional na utilização de seus instrumentos de trabalho: observação, entrevista, visita domiciliar e documentação;
- Competência teórica metodológica: base de conhecimentos necessária para desenvolver a perícia social - organização do processo e teorias, directrizes, leis e normatizações relativas aos direitos sociais (criança e adolescente, direito de família, etc.);
- Autonomia: liberdade para decidir e emitir sua opinião profissional, escolhendo os sujeitos que serão envolvidos, bem como os instrumentos operativos e documentação;
- Compromisso ético (Miato, 2001).

Neste panorama, a materialização deste instrumento foi de acordo com o pensamento do autor, no contexto em que se estabeleceu todas as regras e normas no âmbito das competências, habilidades profissionais e acima de tudo o código de ética do Assistente Social durante o processo de intervenção social no campo da pesquisa.

Segundo Minayo (2012), o diário de campo é um instrumento utilizado pelos pesquisadores e investigadores para anotações, comentários, observações, análises, críticas e colecta de dados no campo de pesquisa. Entretanto, a presente técnica de colecta de dados foi materializada no momento em que a pesquisadora, escreveu e registou todos os factores principais que influenciam directa ou indirectamente na prática da prostituição infantil feminina.

2.3. Desenvolver Acções Sócio Educativas para as Crianças Vítimas de Exploração Sexual

A terceira actividade compreendia o desenvolvimento de acções sócio educativas para as crianças vítimas de exploração sexual na baixa da cidade de Maputo. A mesma actividade tinha como objectivo: consciencialização das crianças e famílias sobre a prevenção dessa prática e as consequências negativas para a vida social e psicológica das mesmas; realização de palestras com crianças nas escolas primárias e secundárias sobre os riscos/causas dessa problemática; difundir informações relativas aos cuidados com as drogas, mormente consumo de álcool e outros vícios que põem em risco o seu crescimento e fazer conhecer os direitos sociais, políticos e económicos das mesmas. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais. A presente actividade tem um horizonte temporal de 2 semanas.

Os instrumentos utilizados nessa actividade foram a entrevista semiestruturada e laudo social. Assim sendo, de acordo com Miato (2001), a entrevista semi-estruturada é um acto, que reúne duas ou mais pessoas, com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; é um momento de escuta, ouvir é uma actividade activa do/a Assistente Social, não é um mero receber informações do usuário e vai muito além de um bate - papo. Ao ouvir atentamente, o profissional irá concomitantemente elencando possíveis situações para intervir nas questões/demandas postas pelo entrevistado.

A concretização da entrevista semi-estruturada se realizou na ocasião em que a pesquisadora entrevistou as crianças, os pais e os encarregados da educação sobre o envolvimento das crianças em lugares considerados perigosos para essas práticas na cidade de Maputo. Na mesma senda, foi possível observar que muitas famílias carecem de uma assistência económica para satisfazer as necessidades básicas como a renda, habitação, transporte, alimentação, vestuário, água potável, energia entre outras carências que as afectam.

Observou-se atentamente que, a maior parte das crianças envolvidas nessas atrocidades são oriundas de famílias pobres e vulneráveis a nível da cidade de Maputo. E muitas fazem essa actividade como meio de suprir as necessidades básicas acima citadas. Após a entrada na desmoralização da exploração sexual, começam a surgir outros vícios como o uso de drogas,

consumo de álcool, furto de bens, entre outras questões sociais que as impendem de progredir activamente na sociedade actual.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Este capítulo refere-se a metodologia e o desenho da pesquisa, onde se explicam os procedimentos metodológicos, as técnicas utilizadas, bem como a maneira como foi conduzido o trabalho, pela descrição das metodologias de pesquisa, do processo da amostragem e o método de colecta de dados. Assim, consta neste capítulo, a natureza, tipo de pesquisa, o método, a caracterização do local e da população de pesquisa, as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha dos dados, o procedimento adoptado na análise e interpretação dos dados.

3.1. Natureza da Pesquisa

O presente trabalho optou pela abordagem mista para melhor alcançar e analisar os resultados da pesquisa feita no campo de intervenção. Entretanto, de acordo com Lakatos (2012), a pesquisa mista procura analisar os processos estatísticos permitindo obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, a pesquisa mista significa redução das questões sociais, políticas, económicas, culturais, etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações das questões entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Richardson (2013) menciona algumas situações em que o estudo qualitativo pode servir de apoio ao quantitativo, e vice-versa. A primeira em relação ao planeamento da pesquisa, quando a abordagem qualitativa, por permitir discussão com o grupo que participará da investigação, o uso das entrevistas, observação, visitas domiciliárias, perícia social, estudos de casos, a formulação do problema, o levantamento de hipóteses, a determinação da amostra, o uso das teorias, por outro lado, a abordagem quantitativa pode auxiliar a qualitativa ao utilizar os métodos estatísticos, o uso de tabelas, gráficos, figuras a nível de análise e interpretação de dados.

No entanto, a pesquisa mista materializou-se quando a pesquisadora relacionou os factores sociais, económicos, políticos e culturais em dados estatísticos para melhor analisar e perceber as questões sociais ligadas a problemática referenciada. Não só, a pesquisa possibilitará o uso de tabelas, gráficos, diagramas na análise e interpretação de dados.

3.2. Tipo de Pesquisa

No que respeita ao tipo de pesquisa, o presente trabalho optou pela pesquisa-acção para melhor avaliar e caracterizar a problemática dos factores que influenciam na prostituição infantil na cidade de Maputo. Assim sendo, de acordo com Lakatos (2010), a pesquisa-acção consistem em investigações de pesquisa científica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de factos ou questões sociais, a avaliação de dados quantitativos e qualitativos, análise de dados estatísticos geralmente envolve o estudo de caso, delimitação da amostra, revisão bibliográfica do problema em análise e caracterização das teorias.

Segundo Marconi (2008), a pesquisa-acção requer, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra actualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa. Permite com que o pesquisador seleccione um problema, levando em consideração a metodologia apropriada; apresentar os objectivos da pesquisa, sem perder de vista as metas práticas; estabelecer a amostra relacionada com a área de pesquisa e o universo de seus componentes; estabelecer os dados quantitativos e qualitativos para sua interpretação e avaliar os seus resultados (Marconi, 2008).

Neste panorama, a concretização da pesquisa-acção, inicialmente realizou-se na ocasião em que a pesquisadora interagiu directamente com as crianças envolvidas na exploração sexual na baixa da cidade de Maputo, permitindo uma melhor compressão e análise das mesmas. Pelo que, a pesquisa-acção possibilitou com que a pesquisadora realizasse uma investigação bibliográfica das crianças que se dedicam a essas actividades na cidade de Maputo. Segundo na escolha de um modelo teórico e sistemático que auxilia na determinação das variáveis do grupo-alvo. Por último, a pesquisa-acção está inteiramente ligada com o tema factores socioeconómicos que influenciam na exploração sexual infantil feminina, pois para a compreensão desta questão social permite o envolvimento integral entre os pesquisadores e os participantes, grupo alvo do estudo, neste caso, as crianças e seus familiares, as instâncias governamentais e o Assistente Social.

3.3. Quanto aos Objectivos

Quanto aos objectivos o presente trabalho optou pela pesquisa exploratória. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa exploratória tem como objectivo de desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias. Podem constituir a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla. Exige revisão da literatura e discussão com especialistas, identifica os factores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de questões sociais. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Procura o aprofundamento de uma realidade específica. Realizada por meio da observação directa das actividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes-chave.

Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessário seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos (Gil. 2008).

Para Gil (2008, p. 128), a pesquisa exploratória propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas a questões sociais em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contacto directo com a situação estudada. E acrescenta que este tipo de pesquisa é mais adequado para os estudos integracionistas, nos quais se consegue captar os valores, as atitudes, as percepções e as motivações dos participantes. Este tipo caracteriza uma realidade tal como ela se apresenta, conhecendo e interpretando-a por meio da observação, do registo, da correlação e da análise das questões sociais.

A materialização da pesquisa exploratória efectuou-se quando se estabeleceu a relação do tema como o saber profissional do Assistência Social mediante as demandas referentes a problemática mencionada. Foi de extrema importância a escolha da pesquisa exploratória, pois viabiliza uma análise crítica e interventiva nos aspectos que colocam em risco a vida das crianças que praticam a prostituição na baixa da cidade de Maputo, para posteriormente elaborar estratégias e planos de intervenção a essa camada mais vulnerável da sociedade.

3.4. População e Amostra

A população é um seguimento ou um total de seres que apresentam uma característica em comum (Marconi e Lakatos, 2011). Segundo Gil (2010), amostra é um subconjunto ou fracções de certas populações ou um universo que serve para estabelecer resultados onde se estima algo. A amostra pode ser definida como uma parte da população em estudo (Bergamachi, 2010). O objectivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas dos beneficiários que fizeram parte da pesquisa: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (Silveira, 2009).

Nesta senda, não existe um dado específico sobre número exacto das crianças envolvidas na exploração sexual infantil na cidade de Maputo. Porém, de acordo com Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC, 2022), mais de 200 crianças estão envolvidas em exploração sexual infantil feminina em diferentes bairros da cidade de Maputo, entretanto, o ultimo inquérito feito na baixa da cidade de Maputo no segundo semestre do 2022, cerca de 150 crianças estavam envolvidas nessa prática. Posto isto, a população total do presente trabalho é composta por 150 crianças e fizeram parte da amostra 20 crianças que estavam a realizar esta actividade na baixa da cidade de Maputo, com idade compreendidas entre 14 aos 17 anos de idade.

A escolha da amostra foi mediante a disponibilidade das raparigas concederem informações relevantes sobre essa problemática, não só, as mesmas sentiram-se livres e com vontade em fazer parte da pesquisa, pois acharam que a pesquisadora poderá trazer soluções ou conselhos de como abandonar essa prática e que instituições responsáveis trabalham em prol do bem-estar das mesmas.

3.4.1. Processo de Amostragem

O método de amostragem utilizado no trabalho foi a não probabilística, uma vez que nem toda população teve a oportunidade de fazer parte do trabalho (Lakatos & Markon, 224). Optou-se pela selecção da amostra não probabilística aleatória simples, pois o grupo-alvo ofereceu-se a participar na entrevista feita pela pesquisadora. A selecção de amostra foi feita na medida em que os usuários deram a possibilidade da pesquisadora colher dados relativos a problemática em estudo.

2.5. Instrumentos de Colecta de Dados

As técnicas utilizadas para a colecta de dados foram a entrevista semiestruturada e observação participante. Segundo Gil (2013, p. 115), citando (Lakatos & Marconi, 2008), a entrevista semiestruturada é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado, é a técnica mais utilizada nas pesquisas qualitativas, quantitativas tanto quanto pesquisas mistas.

Para Favero (2010), entrevista semiestruturada é um acto, que reúne duas ou mais pessoas, com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; é um momento de escuta, ouvir é uma actividade activa do/a Assistente Social, não é um mero receber informações do usuário e vai muito além de um bate - papo. Ao ouvir atentamente, o profissional irá concomitantemente elencando possíveis situações para intervir nas questões/demandas postas pelo entrevistado.

Neste trabalho será materializada a entrevista semiestruturada, ora, neste tipo de técnica, o entrevistado está livre para responder sobre o tema proposto, sem estar condicionado a uma sequência programada de perguntas. Deste modo, o entrevistado desenvolve o tema conforme o desenrolar da conversa. Importa frisar que a pesquisa será centralizada na entrevista semiestruturada, conciliada pela técnica de observação, para compreender os factores socioeconómicos que influenciam na exploração sexual infantil feminina na baixa cidade de Maputo e explicar as consequências, os riscos e os feitos que essas práticas inibem na vida das mesmas.

As entrevistas serão ministradas a todas crianças envolvidas nessa prática. Para permitir que a entrevistada exprima um discurso livre sobre as causas que as levaram para engrenarem nessa prática e se estão conformadas com vida que as mesmas levam ou se possível preferem abandonar esse exercício. Foram registadas e analisadas todas informações individuais e colectivas fornecidas pelas entrevistadas respeitando o vocabulário e o modelo das respostas. Serão também analisados os dados recolhidos na observação em dimensão a vários níveis em relação a motivação.

As entrevistas irão obedecer a um guião aberto. Há questões a explorar, surgida da experiência vivida pelos vários intervenientes ao longo deste processo de interacção com actividade

quotidiana. Nesta entrevista serão questionados os seguintes aspectos: Alguma vez já pensou em abandonar esta vida; Como os seus pais lhe deixam vir a baixa durante o período da noite e de dia para poder se relacionar com os homens; Não gostaria de estar na escola a estudar; Como entrou nessa vida enquanto menor e quais eram as causas (o guião de entrevista).

Portanto, no desenvolvimento da entrevista certamente que surgirão contextos que vinculam a vida quotidiana das crianças e que possa trazer veracidade no que tange as questões e a realidade vivida no local de estudo. Propiciar aos entrevistados que discorrerem livremente sobre qualquer aspecto é o principal objectivo.

Depois da realização da entrevista, seguir-se-á, à análise de conteúdo das mesmas recorrendo a um programa estatístico conforme a pesquisa mista recomenda. Deste modo, ira-se codificar e agrupar dimensões do discurso e, posteriormente, organiza-los em naturezas mistas; ou seja, com este procedimento, as categorias a ser identificadas emergirão das próprias entrevistas. Por outras palavras, o procedimento permitirá inferir, por indução, núcleos temáticos para uma posterior reflexão aprofundada na análise e interpretação dos dados.

Minayo (2010) define a observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador neste caso, fica em relação directa com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

A técnica da observação participante se procedeu quando a pesquisadora se envolveu num contacto directo com as crianças envolvidas na exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo. Feita a observação, constatou-se que muitas careciam de condições básicas para a sua sobrevivência, muitas delas apresentavam uma característica peculiar e pragmático. Porém, durante a observação, percebeu-se que as mesmas necessitam de um apoio psicossocial, assistencial e emocional, pois algumas querem abandonar essa prática. Mas, devido a sua condição social e financeira, parece impossível abandonar as mesmas actividades.

Também, foi possível observar o modo de vida que as mesmas enfrentam em suas famílias em relação a falta de uma qualidade de vida satisfatória, que compreende: alimentação, habitação, educação, assistência médica e medicamentosa entre outras necessidades básicas. Outra técnica, não menos importante, usada durante a colecta de dados foi a observação simples, que é aquela

em que a pesquisadora, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os factos que aí ocorrem. Para a presente pesquisa, observou-se as condições de habitabilidade, tais como: as relações sociais entre o meio, com quem as crianças vivem, como está organizado a questão de moradia, as formas como elas interpretam o mundo e as possíveis causas que as levam a baixa da cidade de Maputo.

3.6. Fiabilidade e Viabilidade

Para Gil (2012), a validade é a capacidade de uma medida para produzir os efeitos esperados. Assim, uma medida é considerada válida quando mede realmente o que se pretende medir. Assim sendo, o trabalho foi utilizado a validade externa, interna, e validade de constructo, que permitiu manter a veracidade de todos os dados colhidos no campo de pesquisa, e em nenhum momento foi adulterado e revertida as informações colhidas pela investigadora.

O conceito de fidedignidade refere-se à consistência ou estabilidade de uma medida. Tome-se o exemplo de uma balança. Se essa acusa o mesmo peso para um mesmo objecto em momentos diferentes, pode ser considerada fidedigna. Considere-se igualmente um teste psicológico. Se este fornecer a uma mesma pessoa um resultado mediano e na semana seguinte bastante superior à média, não poderá ser considerado fidedigno.

Pois, para fins de pesquisa considera-se que uma escala é fidedigna quando aplicada à mesma amostra produz consistentemente os mesmos resultados (Gil, 2010). No que concerne a fiabilidade a pesquisa manteve-se fiel aos dados fornecidos pelos seus entrevistados, todas as raparigas estavam aptas para a fornecer informações relevantes e satisfatórias para análise e interpretação dos dados.

3.7. Questões Éticas da Pesquisa

No que concerne a questões éticas, de salientar que toda entrevista efetuada pela pesquisadora, apenas foi materializada após o pedido da credencial na Direção do Registo Académico da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, depois submetida em análise e recolha de dados no campo de pesquisa. De salientar que as referidas credenciais foram exibidas nos locais onde se desenvolveu as actividades.

Quanto as questões éticas do trabalho foram asseguradas a confidencialidade e anonimato através da não obrigatoriedade de menção da identidade das entrevistadas e foi garantida as mesmas que

as informações não seriam usadas para outros fins senão académicos. Tal como Colonna (2012) destaca principais aspectos éticos da pesquisa nomeadamente: Desenvolvimento de mecanismos éticos; Consentimento informado; Sensibilidade do investigador e Reciprocidade.

3.8. Constrangimentos da Pesquisa

As dificuldades encontradas durante a elaboração do trabalho estão ligadas a apresentação no local da pesquisa. Primeiramente as crianças tiveram vergonha e dificultaram a disponibilização da informação, pois, primeiro queriam com que a entrevistadora participasse de uma forma indirecta no exercício profissional das mesmas. No primeiro momento teve-se essas dificuldades. Porém depois de várias conversas e insistências, algumas começaram a fornecer informações credíveis até ao local das residências.

A outra dificuldade esteve relacionada na identificação das crianças que praticam essa actividade. Muitas crianças quando olhavam na entrevistadora, não se identificavam como trabalhadoras de sexo, alegavam que vinha acompanhar as suas amigas e que as mesmas eram menores para fazer tais trabalhos. Depois de um tempo, aproximaram-se e ficaram livremente para fornecer todas as informações. Outras dificuldades estão relacionadas com a deslocação, o financiamento do trabalho, transportes, questões essas que necessitam ser ultrapassadas no campo científico.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesse capítulo, serão desenrolados os temas referente a análise dos factores socioeconómicos que contribui para a prática da exploração sexual infantil na cidade de Maputo. No entanto, o presente capítulo é um convite para que todos tenhamos uma reflexão profunda e sistemática em torno da problemática acima referenciada. Assim sendo, a abordagem mista facilitará a compreensão da questão social e a interpretação do problema em forma de tabelas, gráficos e diagramas para melhor ilustrar as causas, as consequências e as origens da exploração sexual infantil na cidade de Maputo com intuito de diagnosticar, analisar e intervir nas diferentes multifaces da questão social.

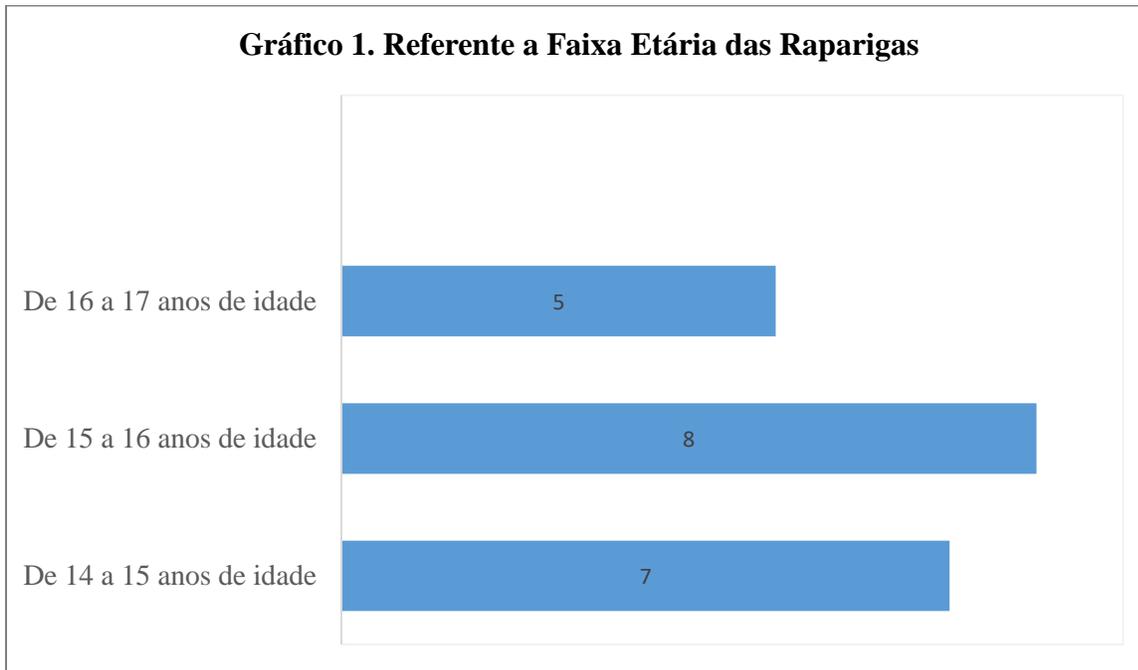
4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Nesta secção, apresenta-se o perfil sociodemográfico dos entrevistados, mas, participaram deste estudo cerca de 20 raparigas que se encontravam a realizar esta actividade na baixa da cidade de Maputo, tendo como as variáveis: idade, nível de escolaridade, local da residência e agregado familiar. Relativamente ao nível de escolaridade, 15 (quinze) crianças são analfabetas, 3 (três) crianças frequentavam 7^a classe e 2 (duas) crianças frequentavam 4^a classe do ensino primário.

Na mesma senda, no que concerne ao local da residência, 7 (sete) crianças vivem no Bairro da Polana Caniço, 5 (cinco) crianças vivem no Bairro de Mafalala e 8 (oito) crianças vivem no Bairro de Maxaquene. Em relação ao agregado familiar, 9 (nove) crianças estão num agregado familiar composto entre 5 (cinco) a 7 (sete) elementos e 11 (onze) crianças estão num agregado composto entre 8 (oito) a 9 (nove) elementos, todas do sexo feminino e de idade compreendidas entre 14 à 17 anos de idade.

Entretanto, através das análises feitas dentro do local do estudo (baixa da cidade de Maputo) é possível verificar que os locais onde são praticados essas actividades parte da Rua do Bagamoyo que inicia da praça 25 de Junho e vai até a Praça dos Trabalhadores. No decurso, é possível notar a existência de algumas lojas e estabelecimentos comerciais, edifícios feitos de blocos e cimento. Para além destes empreendimentos, é possível notar a existência de bares, discotecas e pensões, locais próprios e estratégicos para essas actividades. Nas mediações, encontra-se a famosa e antiga discoteca Luso, que actualmente se chama *Copa Cabana Night Club* casa de (*Strip Tease*).

Gráfico 2. Referente a Faixa Etária das Raparigas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

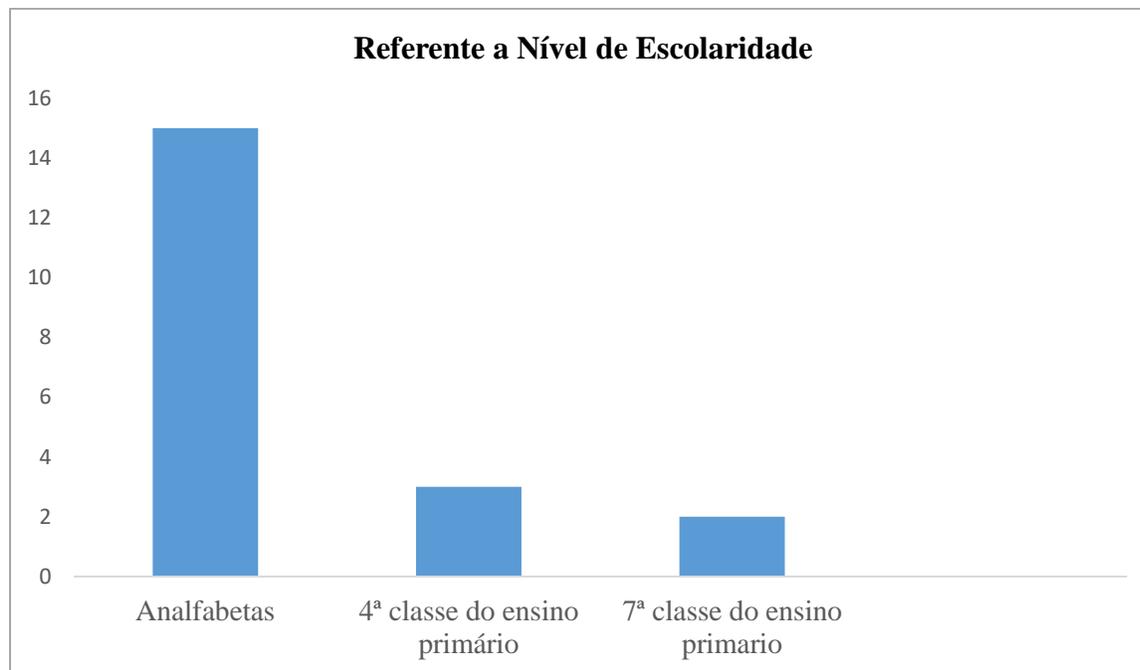
O gráfico acima é referente a faixa etária das raparigas que praticam essa actividade na baixa da cidade de Maputo. Constatou-se que, 7 (sete) crianças das entrevistadas têm idades compreendidas entre 14 a 15 anos de idade, 8 (oito) criança têm idades compreendidas entre 15 a 16 anos de idade e 5 (cinco) com idades compreendidas entre 16 a 17 anos de idade sendo um total de 20 crianças.

No entanto, por meio dessa variável é possível observar que várias raparigas engrenam nessa prática da exploração sexual infantil enquanto ainda menor de idade a nível da cidade de Maputo, o que de certa forma pode prejudicar as mesmas no seio familiar. Primeiro, essas práticas podem afectar o progresso académico, possibilitando com que não tenham o acesso a educação, a formação, o ensino e aprendizagem.

Pois, independentemente da idade e estatura é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com a prioridade materializando o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Gráfico 2. Referente a Nível de Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

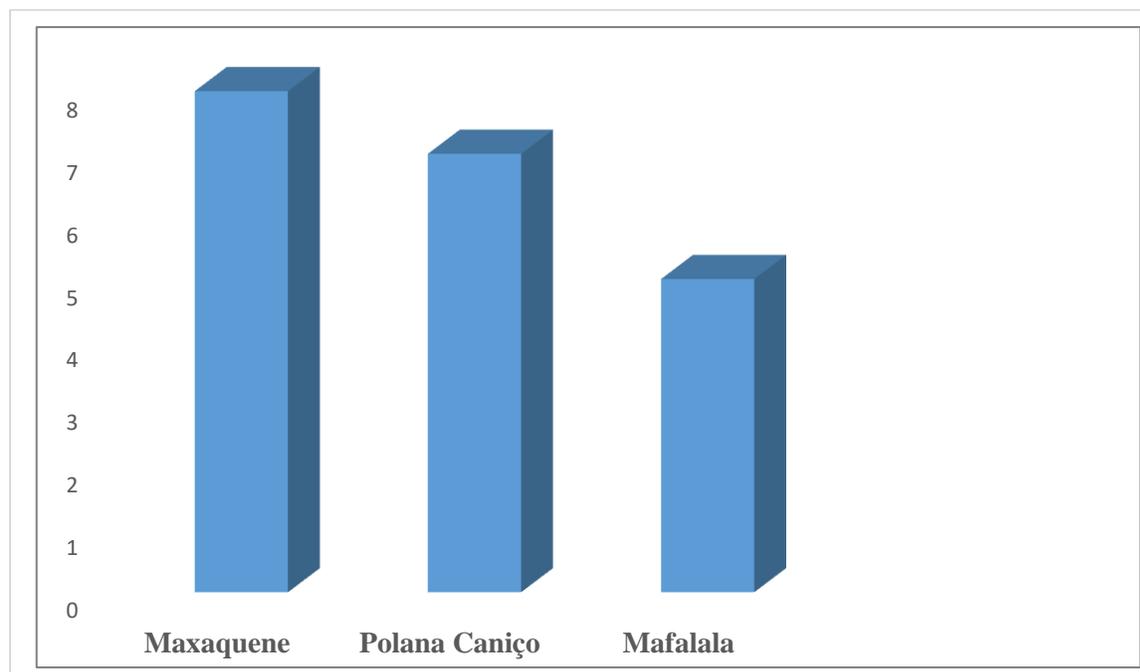
O gráfico acima é referente ao nível de escolaridade das raparigas que praticam essa actividade na baixa da cidade de Maputo. Porquanto, 15 crianças das entrevistadas são analfabetas, 3 crianças frequentavam a 4ª classe do ensino primário e 2 crianças frequentavam 7ª classe do ensino primário. São vários motivos que influenciaram com que as mesmas abandonassem o ensino escolar na cidade de Maputo. Mormente, a falta de condições financeiras e económicas, estas tem recorrido a outras práticas de modo a conseguirem ter uma renda apropriada em suas famílias.

Marx abordou a questão das pessoas analfabetas em relação as desigualdades sociais e exploração económica. Ele argumentava que a falta de acesso a educação e analfabetismo eram sintomas de um sistema económico que perpetuava a marginalização das classes trabalhadoras. Marx via a educação como um ferramenta essencial para capacitar as pessoas a compreenderem e a questionar as estruturas de poder existente. Ele defendia que a educação deveria ser acessível

a todos, independentemente da sua origem social, para que pudesse se libertar as condições opressivas em que viviam.

Realizadas análises mais profundas sobre a intervenção do Estado nesse grupo social apontam que não bastam as leis e as interferências governamentais para o enfrentamento do mesmo problema, é preciso que se crie condições legais e sistemáticas para a garantia de uma segurança e o bem-estar das camadas vulneráveis. Partindo do pressuposto que, a origem da exploração sexual infantil está nas desigualdades sociais, na miséria, na má distribuição da renda, no desemprego e na violência estrutural, no entanto, o Estado, as organizações da sociedade civil junto com as comunidades locais devem implementar mecanismos e políticas sociais abrangentes a esse grupo social vulnerável.

Gráfico 3. Referente a locais da Residência



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico acima é referente á nível da residência das crianças que praticam essa actividade na baixa da cidade de Maputo. Diante disso, 8 crianças das entrevistadas vivem no Bairro de Maxaquene, 7 crianças vivem no Bairro da Polana Caniço e 5 crianças vivem no Bairro de Mafalala. Entretanto, o estudo revelou que no Bairro de Maxaquene é o local onde mais predomina a exploração sexual infantil. Por meio de informações colhidas no campo de

intervenção, o aliciamento de crianças e adolescentes nos Bairros da cidade capital, tem sido frequente devido a vulnerabilidade que elas apresentam e por falta de necessidades básicas encontradas em suas famílias.

Assim, para Gomes (1999), ainda é pouco conhecido estatisticamente o número total e onde as mesmas estão inseridas, pois, algumas são oriundas de diferentes zonas e locais tendo em conta a sua vida social e financeira dentro da família.

Diante desta análise, pode-se observar que a questão social da exploração sexual infantil feminina muitas vezes esta associada à urbanização, a marginalização de segmentos da população, a retracção económica e o desemprego que vem alarmando diversos sectores da sociedade. As suas consequências são severas provocando as lesões, traumas, desistência escolar entre outras consequências.

4.2. Motivação para a Prática da Exploração Sexual Infantil

Costa & Alves (2001) opinam que não existe uma personalidade-tipo na exploração sexual infantil, mais um conjunto de condicionantes que se relacionam entre si, levando à essa prática. Assim, a entrada da rapariga nessa actividade é uma opção condicionada por várias circunstâncias e acontece em diferentes momentos: há meninas que engrenam por influências sociais, há quem engrenam devido situações económicas, entre outras.

No processo da materialização do trabalho na baixa da cidade de Maputo, constatou-se diversas causas mencionados pelas meninas que as levaram para o mundo da exploração sexual infantil e que comprovam as diversas vertentes teóricas.

A Maria (nome fictício)¹ é uma criança de 15 anos que está na Rua do Bagamoyo há 1 ano. Chama a atenção pela sua beleza, pela sua figura esbelta e pelos olhos verdes claros de uma profundidade indescritível. Por impossibilidade de satisfazer necessidades básicas, acabou engrenando nessa prática, deixou os estudos e refugiou-se nas ruas. Sempre muito tímida e semblante carregado, é uma criança de poucas falas, que encontrou na exploração sexual infantil a fonte de sustento para a sua renda, conforme pode-se ver nas suas palavras:

“Eu estou aqui na rua do Bagamoyo há 1 ano, minha mãe separou-se do meu pai quando tinha 10 anos de idade e saiu de Xai-xai para viver em Maputo no bairro

¹ Por razões óbvias todos os nomes das nossas informantes são fictícios

de Mafalala com outro homem. Em casa tínhamos problemas da falta de alimentação e pagamento de renda. Temos sofrido bastante em nossas famílias por falta de condições necessárias, os meus familiares não tinham dinheiro para poder pagar a escola. De tanto padecer por estas necessidades acabei engrenando nesse negócio, não é fácil ter que fazer isso, mas é a única solução de renda”. (criança de 15 anos de idade, residente no bairro da Mafalala, 16/09/2023).

A toxicodependência faz com que muitas crianças engrem na prática da exploração sexual infantil para pagar o vício da droga, pese embora, os números são raros. No entanto, este dispendioso hábito leva-as a ter comportamentos e práticas desprotegidas, que geralmente são negadas por outras meretrizes, a troco de uma maior quantia de dinheiro.

Ao longo do contacto que efectuou-se com as crianças vítimas da exploração sexual infantil, teve-se a oportunidade de conhecer uma jovem de 17 anos vítima de exploração sexual para conseguir a sua “dose diária” de droga. Os motivos pelos quais as mulheres ingressam nesta actividade são, fundamentalmente, para além dos problemas familiares e toxicodependência, as situações de pobreza. Relativamente às situações de pobreza, veja-se o seguinte:

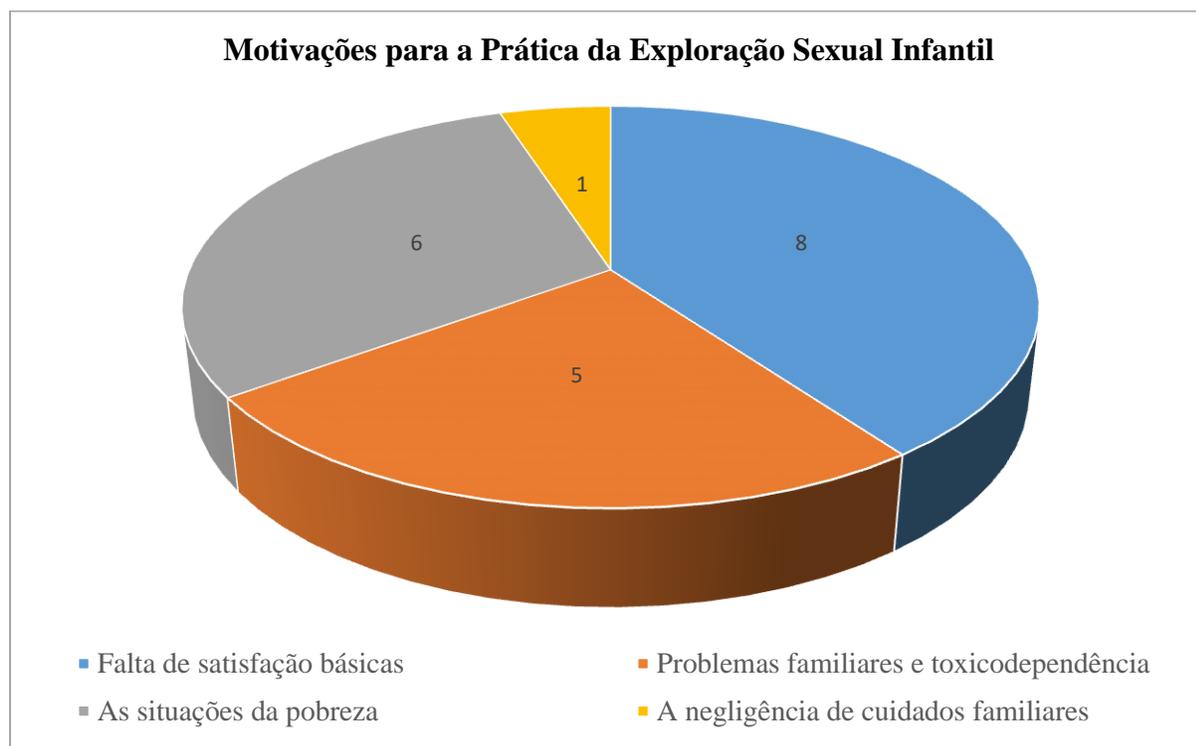
“Saí de Massinga em 2020 para poder trabalhar como secretária de casa na cidade de Maputo. Abandonei a escola quando estudava a 4ª classe, pois, não tinha condições financeiras para dar a continuidade. Chegado em Maputo, trabalhei por pouco tempo porque o marido da minha patroa assediava-me. A senhora descobriu e mandou-me embora. Tenho 1 filho menor que ficou em Massinga com minha mãe. Eu tenho que cuidar deles. Porém, a única saída é fazer esse negócio de modo a conseguir algum dinheiro e ajudar os meus familiares”. (criança de 15 anos de idade, residente no bairro da Mafalala, 17/09/2023).

Este excerto da informante demonstra que a carência é uma das principais causas da exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo. Uma situação económica precária, marcada pela défice colocação no mercado de trabalho, por baixos rendimentos e muitas vezes pela condição da família, é uma forte justificativa para o facto de uma criança dedicar-se na exploração sexual infantil. No entanto, e em contraposição, a outra causa pode ser apontada como o abandono e a

negligência, embora, estas famílias tenham noção do risco que essas crianças carregam, porém, essa problemática ainda tem-se verificado em toda cidade de Maputo tal como aponta nos depoimentos da rapariga a seguir:

“Sou órfã de pai e vivo no Bairro da Polana Caniço, depois de falecimento do meu pai, a minha mãe casou-se com um outro homem. Desde la, começaram a surgir problemas no seio familiar, meu padrasto não queria que eu ficasse em casa. Insultava-me e não prestava cuidados necessários, numa noite tiveram que alugar outra casa e me deixaram com os vizinhos, minhas amigas me incentivaram a trabalhar aqui na baixa para poder ter dinheiro. Desde lá, estou aqui para ganhar uma vida justa e transparente”. (criança de 15 anos de idade, residente no bairro da Polana Caniço A, 16/09/2023).

Gráfico 4. Referente a motivações para a prática da exploração sexual infantil



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico acima é referente a motivações para a prática da exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo. No entanto, 8 crianças das entrevistas apontam a falta de satisfação das

necessidades básicas que compreende a falta de alimentação, a renda, a água potável, a falta de rendimentos necessários, a moradia, o saneamento, a educação, as comunicações, a energia, o transporte, são as principais motivações que influenciam na exploração sexual infantil.

Na mesma senda, 5 crianças das entrevistadas apontam nos problemas familiares e a toxicodependência. Assim, 6 crianças das entrevistadas apontam na pobreza que se caracteriza por carência social, económica, política, cultural e ideológica. Por fim, 1 criança aponta na negligência por parte dos pais e encarregados de educação.

Diante disso, pode se concluir que, os motivos que levam as raparigas a engrenarem nessa actividade são vários, desde a carência económica, os problemas familiares, a ausência de oportunidades de trabalho entre outras. Pelo que, há necessidade de intervenção do Assistente Social munido das suas competências e habilidades a fim de intervir nesses problemas que afectam as crianças em situação de risco e vulnerabilidade.

4.3. Consequências e Efeitos da Prática da Exploração Sexual Infantil

De acordo com Lazaro (2012), além dos perigos e adversidades que as crianças vítimas de exploração sexual apresentam, essas práticas podem induzir ao crime, maus-tratos praticados por agressor e actores envolvidos nessa causa, implicação com drogas, o alcoolismo, a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

O trabalho precoce tampouco possibilita condições dignas para a infância e adolescência. Há que se destacar, neste contexto, que um determinado tipo de exploração pode culminar em outros. Muitas vezes, a criança é aliciada, pois, apresenta sinais de fraqueza e vulnerabilidade permitindo assim com que o agressor tire um proveito como sinal de ajuda a própria criança.

A pesquisadora entrevistou crianças de 14 anos de idade sobre as prováveis consequências e os efeitos que essa prática teve em suas vidas. As respostas foram descritas em dados a seguir:

“Claro que existe uma consequência, toda mulher que faz esse tipo de negócio espera coisas boas assim como coisas negativas. Ao exemplo de mim mesma, nas primeiras semanas tive problemas genitais, assim como foi influenciada a tomar algumas drogas de modo a ter coragem. Sempre existe uma consequência para cada acção”. (criança de 14 anos de idade, residente no bairro da Maxaquene, 16/09/2023).

“Primeiramente existem várias consequências para uma mulher de negócio, quando comecei com esse trabalho tive enormes dificuldades para me relacionar com minhas amigas da escola, por isso, abandonei a escola para dedicar-me nessa actividade”. (criança de 14 anos de idade, residente no bairro da Maxaquene, 15/09/2023).

“Quando uma mulher de programa tem relações desprotegida facilmente pode contrair doenças infecciosas. A minha amiga no meu primeiro dia ela apanhou a gravidez porque o cliente queria que se envolvesse sem a protecção, pois, ele ofereceu muito dinheiro. Foi um caso muito chocante para nós, algo que não deixamos de pensar”. (criança de 14 anos de idade, residente no bairro da Maxaquene, 15/09/2023).

As consequências e os efeitos da exploração sexual infantil de acordo com Matias (2013), podem ser a frustração por parte das crianças que não tem minimamente a renda saudável, o medo, a depressão, a trauma, o sentimento de perda e a culpa de exclusão. A criança tende a viver com ressentimento da exclusão e renega a convivência social, elementos que causam o desconforto comportamental e alteram as interações sociais das vítimas.

Outras causas podem ser a diminuição da mobilidade, lesões físicas ou alterações comportamentais acarretando ainda distúrbios psicológicos, como sejam: estresse, crenças erróneas, confusão mental, estado depressivo, ansiedade, fobias ou estados de pânico, uma baixa auto-estima, decréscimo da confiança que diminui a dignidade individual (Dias, 202; Freitas et al., 2013).

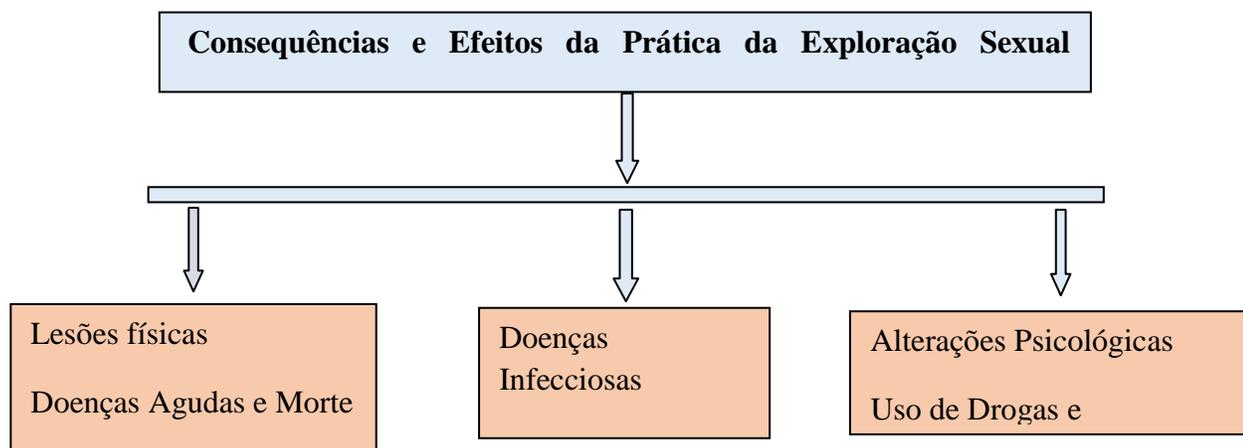
A respeito disso, a pesquisadora entrevistou crianças de 16 anos de idade sobre as possíveis consequências e os efeitos que essa prática tem em suas vidas. As respostas foram descritas em dados a seguir:

“Tenho sofrido constantemente nas relações sociais com as minhas amigas no meu Bairro, por vezes o cansaço acompanhado por depressão e stress constante por não conseguir encontrar um cliente ou simplesmente por a vida não sorrir para nós como trabalhadoras de sexo”. (criança de 16 anos de idade, residente no bairro da Mafalala, 15/09/2023).

“As tendências para as consequências da exploração sexual infantil são nevascas, porém, algumas que já enfrentei são a discriminação, baixa auto-estima, lesões físicas no momento que o cliente obriga-nos a fazer coisas exageradas e alterações comportamentais. Sempre rogo a Deus para que um dia o meu sofrimento passe e que consiga viver sem essas actividades”. (criança de 17 anos de idade, residente no bairro da Mafalala, 15/09/2023).

Assis e Constantino (2003) destacam a consequência da exploração sexual infantil a presença de carência nutricional, doenças de pele e sexualmente transmissíveis, a dependência de substâncias e drogas, além de distúrbios psíquicos. Sequelas como doenças ocupacionais e prejuízos no crescimento e desenvolvimento também são apontados. Outras sequelas decorrentes deste agravo podem trazer danos irreparáveis, desde a gestação indesejada até prossecuções resultantes de abortos provocados, doenças sexualmente transmissíveis, lesões físicas em virtude das agressões sofridas, ou mesmo a infertilidade (Amar et al., 2006).

Modelo1. Consequências e Efeitos da Prática da Exploração Sexual Infantil



Fonte: Elaboração própria (2023).

Como resposta a esses factores, o Estado tem responsabilidades especiais sobre essas práticas e segmentos sociais que por razões de suas condições particulares (físicas, psíquicas ou de estatuto social), se possam qualificar de vulneráveis, perante a dinâmica da organização e opções de gestão social e económica. E o que se pode fazer, é promover políticas públicas voltadas para essas camadas vulneráveis, que a sociedade não vire as costas, mas que dê apoio alicerçadas nas

Organizações Não-Governamentais e, principalmente a família que proteja seus filhos que são o futuro de toda a nação (Matos, 2012).

É notório através de tantos relatos, o desejo de uma criança poder ir à escola, de ter uma vida digna e de viver livremente numa sociedade inclusiva. Assim sendo, é preciso que iniciativas sociais como as mencionadas sirvam de exemplo para intensificação de programas que produzam efeitos imediatos, possibilitando salvaguardar o bem-estar social, primando especialmente, pelo bem maior que toda sociedade dispõe para o futuro de uma Nação, que são as crianças e as adolescentes (Matos, 2012).

É necessário que se faça uma inclusão dessas crianças não só na sociedade como no meio familiar. Todavia, só será possível se houver uma integração entre o Governo, sociedade, ONG'S e a própria família. Mas, apesar das atrocidades perpetradas às raparigas, também, há aqueles que tentam ajudar a inserir essas crianças na sociedade e no meio familiar. São as ONG'S que realizam acções de assistência, como acolher essas crianças que ora vivem nessa prática, ou ora fogem de casa por vários motivos.

4.4. Mecanismos e Estratégias de Prevenção e Mitigação da Exploração Sexual Infantil na Baixa da cidade de Maputo

De acordo com Gomes (2012), o Estado juntamente com as instituições da organização da sociedade civil deveriam implantar sistema de integração de famílias e raparigas vulneráveis no sistema de protecção social tendo em vista que muitas delas engrenam nessa prática devido a falta de condições financeiras.

Cabe ao Estado intervir em qualquer prática de exploração sexual infantil em políticas sociais tais como: abertura de alguns programas de protecção social como o subsídio social básico, apoio alimentar, acção social educacional e subsídio por vencimentos a todas famílias e crianças envolvidas nessas actividades. A pesquisadora entrevistou as crianças sobre as propostas que almejaram para abandonarem essas actividades, as mesmas alegaram o seguinte:

“Tendo em conta que na minha família padecemos por problemas económicas, então o Estado deveria garantir com que não morrêssemos de fome e por meio de satisfação de necessidades básicas, pois, só assim poderei parar de fazer esse negócio”. (criança de 14 anos de idade, residente no bairro da Mafalala, 15/09/2023).

“O Estado deve criar condições da educação, habitação, alimentação, assistência médica, assistência social para todas raparigas da baixa da cidade de Maputo e outras crianças que praticam essas actividades noutros Bairros, pois, a maior parte tem vindo neste local por causa dessas necessidades”. (criança de 14 anos de idade, residente no bairro da Mafalala, 15/09/2023).

Consoante os depoimentos das entrevistadas, é preciso fazer um trabalho de mapeamento de áreas com maior índice da pobreza, a violência, as desigualdades sociais, para a integração nos programas de sustentabilidade económica. Preparar os agentes do Estado, activistas, agentes comunitários para melhor identificar e encaminhar a situação da exploração sexual infantil na família.

- ❖ Promover a igualdade entre as crianças vítimas dessas atrocidades na comunidade e sociedade;
- ❖ Criação de programas especializados em questões relacionadas com a inclusão social, educação para a paz universal e direitos humanos;
- ❖ Manter o estabelecimento de acções intersectoriais (escolas, hospitais, clubes, igrejas, centro de convivências, lares, etc.) para a discussão de intervenção da exploração sexual infantil;
- ❖ O aumento da consciencialização sobre as consequências da exploração sexual infantil a todos os níveis e sobre a importância de investir na educação das crianças, como um elemento importante na redução e eventual eliminação da exploração sexual infantil;
- ❖ Desenvolver e implementar uma estratégia de comunicação sobre o combate a exploração sexual infantil que privilegie a comunicação em línguas locais e imagens ilustrativas, divulgar mensagens chave concernentes ao papel da sociedade no combate ao trabalho perigoso em mercados informais, e em diferentes bairros comerciais.²

Promover os valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida da criança, ideias de desenvolvimento sobre os direitos da criança na família e na sociedade; Promover oficinas educativas interactivas (famílias, vítimas, e autores dessa pratica da exploração sexual infantil), ajudando a rever ou reconstruir suas representações culturais, suas representações sobre o papel

² Vede PANPFTI (2017-2022). Aprovado na 31ª Sessão do Conselho de Ministros de 05 de Setembro de 2017. Maputo.

da criança na família, rever os valores, hábitos, atitudes através de actividades recreativas, culturais, físicas, pedagógicas e capacitação profissional; Identificar grupos culturais e sociais na comunidade (igrejas, escolas, clubes, associações), que possam interagir, contribuindo para a promoção da solidariedade, cidadania e direitos sociais (Guerra, 2011, p. 45).

Outra estratégia pode-se reduzir a dependência das famílias envolvidas nas práticas da exploração sexual infantil pela implementação de medidas de empoderamento económico sustentável e integrado, dentro dos parâmetros do Programa Quinquenal do Governo através da promoção de programas de geração de rendimentos de substituição nas famílias afectadas, pela retirada dos seus filhos do trabalho, como um incentivo para eliminar a exploração sexual infantil. E por fim a realização de acções de informação e formação regulares sobre o princípio da igualdade de género estabelecido na Constituição da República e nos compromissos regionais e internacionais do Estado Moçambicano a este respeito.

4.5. Implantação do Plano de Intervenção

Relativamente ao plano de intervenção concretizada pela pesquisadora no campo de pesquisa consistia, a primeira era a reunião com as famílias das crianças vítimas de exploração sexual, a mesma actividade tinha como objectivo: conhecer as condições de habitabilidade das crianças, saber as causas e factores que influenciaram nessa prática num horizonte temporal de 2 semanas. Durante a actividade os chefes de quarteirão alegaram o seguinte:

“Nós como chefes de quarteirão somos chamados a proteger crianças de quaisquer atrocidades, pois, essas práticas prejudicam o desenvolvimento académico e social das mesmas. Temos de conhecer os direitos e as leis que vinculam a protecção social das crianças de modo que elas possam gozar de uma vida tranquila na sociedade”.
20/09/2023/Bairro de Mafalala.

A segunda actividade consistia no apoio assistencial a crianças envolvidas na exploração sexual, a mesma actividade tinha como objectivo: reconstrução da identidade psicológica e social das crianças; prestar assistência emocional, comportamental e efectiva a todas crianças envolvidas na exploração sexual; (apoio psicossocial), prestar o encaminhamento e acompanhamento a entidades responsáveis para posterior serem reintegradas em diferentes sistemas de segurança social básica. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias,

membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

A terceira actividade compreendia o desenvolvimento de acções sócio educativas para as crianças vítimas de exploração sexual na baixa da cidade de Maputo. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas. Durante a actividade a representante do Ministério do Género, Criança e Acção social esclareceu o seguinte:

“É preciso que as organizações da sociedade civil juntamente com as organizações do Estado actuem sobre essa problemática. Temos que procurar da melhor forma aconselhar e prestar assistência a todas crianças a abonarem essas actividades para que garantam uma vida saudável na família e na sociedade”. 20/09/2023/No Bairro da Polana Caniço.

4.6. Recomendações e Propostas de Melhorias

O Instituto Nacional de Acção Social (INAS) deve expandir e melhorar os serviços prestados às vítimas da exploração sexual infantil incluindo os serviços de assistência social, médica e psicológica.

- ❖ Ampliar os programas de protecção social em todas as famílias em situação de vulnerabilidade e dependência económica de modo que as crianças não abandonem suas casas em procura de melhores condições de vidas em lugares perigosos;
- ❖ O INAS deve realizar acções estratégicas de informação e sensibilização para assuntos de direitos da criança na família privilegiando assim o acesso e a inclusão social em programas de segurança social básica;
- ❖ O Estado deve estabelecer mecanismos de intervenção multisectorial coordenada sobre a exploração sexual infantil, pois, nenhuma criança pode estar sujeita a um tratamento negligente, discriminatório, violento e cruel, nem ser objecto de qualquer forma de exploração ou opressão sendo punidos por lei todos os actos que se traduzem a violação dos princípios ora estabelecidos.

Cabe as instituições públicas protegerem todas as crianças contra as formas de exploração sexual infantil, a negligência, o abandono e maus-tratos tomando em especial todas as medidas necessárias nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir que as mesmas sejam incitadas ou coagidas a uma actividade dos seus bens materiais. Nós como Assistentes Sociais é nosso papel desenhar projectos, programas e planos de intervenções sociais com vista a mediar essa problemática a nível da cidade de Maputo assim como em todos bairros onde há maior predominância dessa prática.

CONCLUSÃO

A investigação realizada tinha a finalidade de desenvolver um estudo reflexivo em relação a prática da exploração sexual infantil, olhando por um lado nas políticas sociais existentes que visam a garantia do bem-estar dessas crianças na família e na sociedade. Na primeira fase da investigação, a pesquisadora receava o quanto difícil seria conseguir entrevistar a amostra pretendida. Apesar de a população ser considerada inacessível e tendo em conta a sua grande mobilidade pelos vários pontos da baixa, podemos afirmar que o objectivo do nosso trabalho foi bem-sucedido, uma vez que houve a proximidade com estas crianças, o que facilitou os contactos e a realização das entrevistas.

Durante a elaboração do trabalho, constatou-se que a prática da exploração sexual infantil está relacionada a vários factores, dentre elas, a deficiência na renda familiar, a falta de alimentação, moradia, o desemprego, entre outros. Para além de provocar danos físicos na vida dessas raparigas, põe em risco a sua saúde prejudicando assim o acesso a educação, a liberdade, a cidadania e os direitos sociais enquanto crianças. Por outro lado, a prática da exploração sexual infantil acarreta várias consequências como o risco de contrair doenças de transmissão sexual, a gravidez precoce, o consumo de drogas ilícitas, furtos e outros vícios que põem em risco as suas vidas (Dias, 2012, p. 47).

No trabalho constatou-se que os factores socioeconómicos de um país ou nação influenciam directa ou indirectamente na prática da exploração sexual infantil feminina. E estes factores estão relacionados com o nível do desemprego, a qualidade de saúde, a educação, o acesso a bens e serviços, as infra-estruturas, recursos naturais existente, a distribuição equitativa do capital, as desigualdades sociais e o nível da redistribuição do capital financeiro. Enquanto o Estado e os governos não prestarem atenção nesses indicadores, há maior possibilidade de muitas raparigas optarem em outras formas de subsistências, originando assim, a exploração sexual infantil ou qualquer outra prática que às põem em risco (Dias, 2012).

Durante o processo do trabalho, foi materializado o objectivo de caracterizar a distribuição da renda e o acesso a serviços públicos das crianças envolvidas na exploração sexual infantil. Os mesmos serviços públicos reflectem a oportunidade de fazer parte a infra-estruturas existentes de um país, assim sendo, corresponde a uma gama, de componentes sociais, políticas, económicas,

culturais e ideológicas. Os serviços públicos podem ser as infra-estruturas como a educação (escolas e instituições de ensino superior), a saúde (hospitais e centros de saúde), a habitação (residências construídas pelo estado para o bem-estar da sociedade, casas de acolhimento), o lazer (parques e locais de diversão), o saneamento entre outros serviços que garantam a segurança de todos os indivíduos.

Foi concretizado o objectivo de apresentar as consequências e ilações da prática da exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo. As consequências, de acordo com Matias (2013), podem ser a frustração por parte das crianças que não tem minimamente uma renda saudável, o medo, a depressão e traumas, o sentimento de perda, a culpa e a exclusão no meio social. A criança tende a viver com tristeza e renega o convívio social, elementos que alteram o comportamento e as interações sociais das vítimas, a gravidez precoce, a transmissão de doenças infecciosas, a criminalidade, entre outras.

E por último, foi executado o objetivo de descrever os mecanismos e estratégias de prevenção e mitigação da exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo. Esses mecanismos podem ser a promoção da igualdade entre as crianças vítimas dessas atrocidades na comunidade e sociedade, a criação de programas especializados em questões relacionadas com a inclusão social, a educação para a paz universal e direitos humanos em manter o estabelecimento de acções intersectoriais (escolas, os hospitais, clubes, igrejas, centro de convivências, lares, etc.) para a discussão de intervenção e mitigação da mesma problemática.

Também, foi confirmada a hipótese verídica que são os factores que influenciam na prática da exploração sexual infantil feminina estão ligados ao desemprego, as desigualdades sociais, a falta do acesso a bens e serviços, a carência da alimentação, a moradia, a renda, e cuidados a saúde, a educação e a água potável, entre outras necessidades que as instabilizam o bem-estar na sociedade.

Entretanto, a partir das entrevistas e dos contactos realizados, a primeira conclusão que podemos retirar é a existência de crianças envolvidas na prostituição, havendo raparigas na faixa etária de 14 a 17 anos de idade com o nível de escolaridade aceitável. Também, verificou-se que a maior parte das crianças são oriundas do Bairro de Mafalala que dedicam este trabalho com o objetivo

de satisfazer o vício de drogas e outras com a finalidade prover o sustento para si mesma e da sua família.

Verificou-se que a criminalidade, a gravidez precoce, o uso de drogas, a transmissão de doenças e o abandono familiar continua a aumentar demonstrando-se que é na exploração sexual infantil que se verifica maior índice desta problemática. Contudo, a monografia proporciona uma visão consciente e humanizada da exploração sexual infantil, das adversidades como que actualmente se debatem, bem como a criação de políticas que defendam esta classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ariès, A. S. (2014). A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente. São Paulo.

Assis e Constantino (2003). A lei contra a violência doméstica em Moçambique: seu alcance, limitação e desafios. São Francisco do Conde: Njinga & Sepé.

Alves, M. G. (2008). Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicação a Educação. Vol. 1. Revistas Múltiplas Leituras. São Paulo.

Assembleia da República de Moçambique (2019). Lei nº10, de 10 de agosto de 2019. Aprova a Lei da Família em Moçambique. Boletim da República.

Barry, K. (1991). Violência e saúde. In: Pesquisa Social em Saúde. São Paulo: Cortez.

Barros, T. (2015). Riscos ocupacionais na perspectiva da enfermagem, Esc Anna Ver. Enferm 2009, abril- Junho; 13 (2): 279-286.

Bento, W. J. (2015). Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro.

Costa, B., & Alves, L. (2001). Prostituição 2001: O Masculino e o Feminino de Rua. Lisboa: Edições Colibri.

Dias, L. (2013). As consequências da violência doméstica em Moçambique: Uma análise na Cidade de Maputo. Maputo. 2ª Edição.

_____ (2012) Risco e saúde no Contexto do VIH/SIDA. O caso da prostituição na Baixa da cidade de Maputo. 3ª Edição. Volume 5. Maputo.

_____ (1990). Conceitos, Teorias e Tipologias de Exploração Sexual Infantil: A Violência Faz Mal à Saúde da Criança, 1ª Edição. Volume 5. Maputo.

Faleiros V. P. (2014). Cuidado junto às mulheres em situação de Prostituição: processos pedagógicos e transformação social. São Paulo: EST/PPG.

_____ (2000) Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In: LIMA, C. A. (Coords). Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

_____ (1998). A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder da desigualdade e do imaginário. In: M.F.P. Leal; M.A. César (orgs.). Indicadores de Violência Intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Brasília, Basil, CECRIA.

Fernandes, L. (2014) trabalho, lazer e sensualidade numa oficina de mecânica de automóvel em Kassi-Kassi na Matola. Maputo: UEM Tese de Licenciatura em Antropologia.

Fundo de Desenvolvimento Comunitário (2020). DIREITOS humanos de crianças e adolescentes. Combate à prostituição contra crianças e adolescentes: legislação eficaz ou fragilidade jurídica Maputo.

Gallinetti, J. (2008). Child Trafficking in SADC Countries. The Need for a Regional Response. ILO Sub-Regional Office for Southern África. Zimbabwe. 8p. Consultado a 13 de Maio 2022.

Guerra, E. L. A. (2014). Manual de Pesquisa Qualitativa, Editora Anima Educação, Belo Horizonte.

Guerra, I. C. (2011). “Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo”: sentidos e formas de uso, 1ª edição, Principia, Portugal

Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas S.A. 6ª Edição. São Paulo.

Gil, A. C. (2012). Métodos e Técnicas de Colecta de Dados em Pesquisa Social e em Ciências Sociais, 7ª edição, Atlas, São Paulo.

_____ (2010) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5ª edição, Atlas, São Paulo.

Gomes, R. (2012). O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão. São Paulo: Unimarco.

Gomes, Romeu. (1994). Prostituição infantil: uma questão de saúde pública. In: Caderno de Saúde Pública.

Guimarães, K. & Merchán-Hamann, E. (2005). Comercializando Fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. In: Revista Estudos Feministas.

Karl, M. (1883) apud Silva, F. (2013). Mais-valia Absoluta e Relativa. In: O capital: crítica da economia política; Apresentação de Jacob Gorender: coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultura, Tomo II, cap. XIV, p.105-112

Lakatos, E. M. & Marconi, M. (2008). Como elaborar projectos de pesquisa. 4a ed. São Paulo: Atlas.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. (2003). Metodologia de trabalho científico. 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas.

Lakatos, E. M. (2012). Metodologia da pesquisa-acção. 9 ed. São Paulo: Cortez.

Lakatos, E. M. (2008). Introdução a Metodologia e Investigação Científica nas Ciências Sociais.. 7ª ed. São Paulo. Editora Atlas.

Lakatos, E. M. (2010). Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: PrenticeHall.

Latos, Y. O. (2014). Notificação obrigatória da violência ou suspeita de violência contra crianças e adolescentes: construindo uma rede de protecção. Divulgação em Saúde para Debate, v. 26, n. 2. Rio de Janeiro.

- Lazaro, M. B. (2012). *Análise Financeira e Mercados. Casos Resolvidos e Explicados. Coleção Economia e Finanças*, Lisboa: Áreas Editora.
- Lisboa, A. (2008). *O Empoderamento Como Mecanismos de Combate a Pobreza. 2ª Edição*. Lisboa.
- Lorenzi, M. (1987). *Prostituição Infantil no Brasil e Outras Infâmias*. Porto Alegre, Brasil, Tchê.
- Lobato, G. (2012). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Educação e Realidade*.
- Marconi, M. A. (2010). *A Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.
- Marconi, M. D. & Lakatos, E. M. (2011). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.SA.
- Martins, G. (2013). *Vivências do Corpo na Prostituição Feminina. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia da Educação - Desenvolvimento e Aconselhamento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra*.
- Martinelli, R. (2012) *O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão*. São Paulo: Unimarco.
- Matias, H. (2012). *Análise Crítica da problemática da Exploração Sexual Infantil no Grande São Paulo. 4ª Edição*. São Paulo.
- Matos, I. P. (2012). *Prostituição, violência e vitimação*. In. Gonçalves, R. A.; Machado, C. *Violência e vítimas de crimes*. Vol. 1. (pp. 213-239). Coimbra: Quarteto.
- Minayo, M. C. (2012). *Violência contra a Mulher: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2ª edição.
- Minayo, M. C. S. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social: 12ª Edição. Volume 5*. Rio de Janeiro.

Mishra, A. (1991). Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora.

Miato, R. C. T. (2001) Perícia social: Proposta de um Percorso Operativo. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº.67.

Moscovici, Serge (1961). A Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Moura, J. C. (2014). Prostituição, Exploração Sexual Infantil e uma Decisão do Superior Tribunal de Justiça. Revista Brasileira de Direito.

Muianga, B.S. (2009). Risco e Saúde no contexto do VIH/Sida, o caso da prostituição na baixa da cidade de Maputo. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Maputo, Moçambique.

Neto, P. J. (2010). Serviço Social e Capitalismo Maduro: ocorrência, vítimas e agressores. Brasília, rio de Janeiro.

Neto, P. J. (1995). Formação em serviço social, política social e o fenómeno do envelhecimento. Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil. Brasília

Násio, P. (2014). “Representações e Práticas Sociais”. Contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. Ribeirão Preto V8. Nº 3. Pp.257-267

Núncio, M. J. S. (2015). Introdução ao Serviço Social: história, teoria e métodos (2ª ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ONU, (2022). Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília.

Piana, M. C. (2009). A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Unesp.

Quivy, K. (2003). A Intergeracionalidade da Violência nas Relações de Namoro. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 162-170.

Queiroz, M.O., Santos, C.M., Pinheiro, A.A., & Rodrigues, J.V., (1990). Prostituição Infantil: Considerações Teóricas e Observações Sobre A Realidade Da Cidade De Fortaleza. Revista de Psicologia.

Raichelis, R. (2009). O Trabalho do Assistente Social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais, Brasília: CFESS/Abepss.

Roberts, F. (1996). Resposta Global da Prostituição e Exploração Sexual Infantil, Incluindo a Negligência: Capacitação de serviços de atenção primária para a abordagem de um problema mundial, OMS, São Paulo.

Richardson, R. J. (2013). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª Edição. São Paulo: Atlas

Rudio, F, V. (1980). O Projecto de Pesquisa. In: Introdução ao Projecto de Pesquisa Científica, 21 ed, Petrópolis: Vozes.

Save The Children (2009). O Tráfico Interno e a Exploração de Mulheres e Crianças em Moçambique. Moçambique.

Silva, J. E. (2007) Exploração Sexual Infantil no Período Capitalista. Mortalidade por Causas externas em idosos no Brasil, Estados e Regiões Metropolitanas. Boletim CLAVES/CENEPI.

Saffioti, R. (1989) Vida atrás dos Riscos: Uma análise antropológica da prática da prostituição na cidade de Maputo. Tese de Licenciatura em Antropologia (UEM/DAA).

Teixeira, A. (2003). “A abordagem estrutural das representações sociais”. Em A.S.P. Moreira e D.C. de Oliveira (orgs.), Estudos inter disciplinares de representação social (pp. 27-38. Goiânia: AB Editora. São Paulo.

Thiollent, M. (1985). Metodologia da pesquisa-acção. São Paulo: Cortez.

Silva, F. (2012), Educação, Saber, Produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Silva, F. (2012),). Influência da Teoria Marxista na Exploração Sexual Infantil. São Paulo: Cortez: 3ª Edição.

Sousa, G. (2012) As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e striptease. Editorial Notícias. Lisboa.

Silva & Fossá (2013). Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos (IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade). Brasília: DF.

Vasconcelos, A. M. P. de (org); Castelli, N. N. de E. Mendonça, M. C. V. de. (1988). Meninas de Rua Recife: Brigada em Defesa da Mulher.

Watson, G. (1994). exploração sexual e Dignidade Humana, São Paulo: Salina.

Zanella, M. (2013). Manual de Metodologia de Investigação Científica: Para a Elaboração de Monografias Escolares e Outros Tipos de Pesquisas Científicas. 4ª Edição, Maputo.

Guião de entrevista

Guião de entrevista

Comprimentos e Saudações a todas crianças que se encontram na baixa da cidade de Maputo. Meu nome é Leta Vasco Banze, estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social, na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Estou a realizar uma pesquisa no âmbito do trabalho de conclusão do curso, com o seguinte tema: **Análise dos Factores Socioeconómicos que Influenciam a Prática da Exploração Sexual Infantil Feminina: Estudo de Caso na Baixa da Cidade de Maputo (2020-2022).**

Antes de iniciar com a entrevista, gostava de obter o seu consentimento para lhe questionar. De referir que a participação na entrevista é por livre e espontânea vontade, contudo a vossa colaboração será uma mais-valia para o enriquecimento de conteúdos do presente trabalho e salientar que os dados fornecidos serão usados exclusivamente para o presente trabalho e não para outros fins. Agradeço pela atenção de todos.

Meu muito obrigado!

Autora

Leta Vasco Banze

Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

1. Idade _____
2. Sexo _____
3. Número de agregado familiar _____ 3. Nível de Escolaridade _____
6. Local da Residência _____

Por favor! Assinala com X a opção que tenha conhecimento e responda as questões com clareza.

1. Sobre a exploração sexual infantil na baixa da cidade de Maputo

I . A quanto tempo prática essa actividade?

- 1 Há 2 anos 2. Há mais de 3 anos
3. Há mais de 5 anos Há mais de 10 anos

II. Alguma vez já procurou ajuda ao INAS ou vizinhos do bairro?

1. SIM 2. NÃO

III. Quais são os factores e as causas que influenciam nessa prática?

IV. Quais são as dificuldades que enfrentam na família?

V. Quais são as consequências da prática?

2. Sobre a assistência social

VI. Quem dava assistente no caso da falta de bens matérias principalmente na alimentação?

1. Os vizinhos
2. Amigos
3. Ninguém
4. Famílias

VII. Quais são as instituições que prestavam assistência alimentar, social e psicossocial?

1. SDGCAS-KaMubukwana
2. INAS
3. Misterio do Género Criança e Acção Social
4. Organizações não-governamentais

VIII. Que tipo de assistência recebia?

1. Apoio Psicológico
2. Apoio financeiro
3. Apoio de Saúde e Escolar
4. Apoio alimentar

XIX. Sugestões de melhorias

Guião de Entrevista de Leta Vasco Banze, apresentado no Ministério do Género Criança e Acção Social nos dias 15 a 18 de Setembro de 2023.

Apêndices